



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 2330/11 - COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1786/11	DATA: 08/11/2011
INÍCIO: 10h09min	TÉRMINO: 13h32min	DURAÇÃO: 03h23min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h23min	PÁGINAS: 74	QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RICARDO TEIXEIRA – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.
JÉRÔME VALCKE – Secretário-Geral da FIFA.

SUMÁRIO: Debate sobre o parecer ao Projeto nº 2.330 de 2011, do Poder Executivo, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em francês com tradução simultânea.
Houve exposição em francês.
Há falhas na gravação.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis
Houve manifestação na plateia.
Há inexistência de trecho com tradução.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto nº 2.330 de 2011, do Poder Executivo, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, que serão realizadas no Brasil.

Já tomaram assento à mesa o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Teixeira; o Secretário-Geral da FIFA, o Sr. Sr. Jérôme Valcke; o Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Jonas Donizette; o Relator do Projeto da Lei Geral da Copa, Deputado Vicente Candido; e o Vice-Presidente da Comissão, Deputado José Rocha.

Convido os Deputados Rui Palmeira e Edio Lopes, Vice-Presidentes da Comissão, para também tomarem assento à mesa.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 5ª reunião. Consulto o Plenário sobre a necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata da sessão anterior. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a ata da reunião anterior.

Comunico a todos que o prazo da Comissão foi prorrogado por mais 20 sessões, em atendimento a Requerimento nº 3.578, de autoria desta Presidência.

Comunico ainda que os Requerimentos nºs 36 e 37, subscritos pelos Deputados Otavio Leite e Cesar Colnago, que propõem sejam convidados os Srs. Aldo Rebelo e Antonio Aguiar Patriota, Ministros de Estado do Esporte e das Relações Exteriores, respectivamente, não foram pautadas por constituírem matérias vencidas, já aprovadas na reunião anterior, sujeitas à regra do art. 163, do Regimento Interno — prejudicialidade.

Na Ordem do Dia, temos uma audiência pública com os convidados, já presentes à mesa, Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, e Sr. Jérôme Valcke, Secretário-Geral da FIFA.



Antes de passar a palavra a cada palestrante, peço a atenção de todos para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido a cada palestrante será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. O convidado poderá valer-se de assessores credenciados, a juízo do Presidente da Comissão.

Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente perante a Secretaria.

Solicito a cada Deputado a gentileza de, ao se manifestar, declinar o seu nome parlamentar, para efeito de identificação pela Taquigrafia.

Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo período.

É vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Feito esse esclarecimento, gostaria de fazer dois outros comunicados. Para a imprensa, informo que, a pedido do Presidente da Casa, Deputado Marco Maia, após a reunião, será concedida uma entrevista coletiva, já combinado com os palestrantes de hoje e com o Relator, Deputado Vicente Candido, na Residência Oficial da Câmara dos Deputados. Portanto, estão todos convidados.

Aos Deputados, quero dizer que, em virtude da extensa agenda dos palestrantes e do retorno do Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, para o seu país de origem, de ser criteriosos em relação ao tempo, para que possamos cumprir a nossa agenda e permitir que também os convidados cumpram as deles.

Passo agora a palavra ao Relator, Deputado Vicente Candido, para uma saudação inicial.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente da Comissão, Deputado Renan Filho; Sr. Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Jonas Donizette; Srs. Vice-Presidentes, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, quero registrar a minha alegria em receber hoje nesta Comissão a direção da FIFA, que atendeu rapidamente ao nosso convite. Também quero agradecer ao Presidente Ricardo Teixeira, que ajudou a viabilizar essa agenda e atendeu ao nosso convite.



Ontem, em São Paulo, e à noite, com o Ministro Aldo Rebelo, fizemos duas boas reuniões, avançando em relação ao que alguns críticos da mídia ou até da Oposição dizem serem pontos polêmicos. Senti a clara disposição da FIFA em atender a pontos sensíveis, pontos que, para nós, são socialmente importantes, uma vez que dizem respeito a problemas de leis estaduais e municipais, de quotas de ingresso para idosos e, atendendo a um pedido da Presidente Dilma, de reserva de quotas sociais para a comunidade de baixa renda, além de um último pedido do Ministro Aldo Rebelo, para que também se reservasse quotas para as comunidades indígenas, e não só quotas, mas a reivindicação de que a comunidade indígena participasse da cerimônia de abertura da Copa do Mundo.

Com a anuência do Presidente Renan Filho, convido o Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza, para tomar assento à mesa;

Disse ao Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, e ao Presidente Ricardo Teixeira que o Congresso Nacional, a partir desta Comissão Especial da Câmara dos Deputados, está imbuído do objetivo de garantir uma lei que faça as devidas adequações no nosso arcabouço jurídico, que dê mais segurança aos consumidores e aos proprietários de marcas, que dê segurança jurídica à FIFA, a fim de que venha ao Brasil organizar o evento e tenha a tranquilidade nas suas ações.

Disse também que em muitos pontos estamos aprendendo, preparando o Brasil para não só receber a Copa do Mundo, mas para que seja a terceira, a quarta ou a quinta economia do mundo nos próximos anos. Os organizadores do esporte brasileiro, sobretudo os do futebol, terão muito o que aprender nesse processo. Por exemplo, é desejo muito grande dos presidentes de clubes que garantíssemos o uso das marcas dos patrocinadores do campeonato brasileiro e dos campeonatos estaduais.

Então, nesse aspecto, a aprovação da Lei Geral é um aprendizado para todos nós. No momento em que o Brasil internacionaliza cada vez mais a sua economia, no momento em que o Brasil abre as portas para investimentos estrangeiros, é chegada a hora de debatermos temas que poucas vezes o Congresso Nacional debateu, que é a proteção de marcas, que é a garantia do investimento do empresário brasileiro, que é a agilidade na aplicação de multas ou até de penalidades mais severas em alguns casos. Isso a Lei Geral vai nos ensinar.



Algum conflito aqui ou ali, em relação ao direito do consumidor, foi plenamente resolvido. Temos professores e doutrinadores de Direito que poderão nos ajudar a fazer uma adequação, para que não haja nenhum conflito com a lei existente.

Podemos aprimorar, a partir dessa experiência, o Estatuto do Torcedor, para que se modernize, para que construamos estádios multiuso dentro desse novo conceito, e não só para a Copa do Mundo, mas para servirem de legado, com sustentabilidade, a fim de que não virem um elefante branco.

Então, é dentro desse espírito que queremos fazer hoje este debate. Aliás, este será apenas um deles, porque não temos nenhuma pretensão de encerrá-lo hoje e, no final, dar uma sentença definitiva, ter um texto pronto. Esta é apenas mais uma etapa dessa reflexão, em respeito ao Congresso Nacional, em respeito à sociedade civil que já veio e ainda virá aqui contribuir muito com esse processo. Queremos demonstrar que não há oposição — nem mesmo dos nossos adversários políticos no Parlamento — em relação à Copa do Mundo. No fundo, percebemos que todo mundo torce para que façamos a melhor Copa da história. E não só dentro de campo — queremos ser campeões —, mas também fora de campo, na sua organização e, sobretudo, no fortalecimento econômico dos clubes, para que eles não precisem vender Neymar e outros e outros para pagar dívidas.

O detalhamento dos avanços ocorridos nas reuniões de ontem serão anunciados pelo Secretário-Geral da FIFA aqui e, depois, na entrevista coletiva que ele concederá.

Termino agradecendo aos meus pares, ao Sr. Jérôme Valcke e ao Presidente Ricardo Teixeira a presença nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Jonas Donizette, para uma saudação inicial aos convidados.

O SR. DEPUTADO JONAS DONIZETTE - Cumprimento o Presidente da Comissão Especial, Deputado Renan Filho, o Relator Vicente Candido, os Vice-Presidentes presentes à Mesa, o Secretário-Geral da FIFA e o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira.



Ontem, terminamos a décima segunda visita a cidades-sedes da Copa. Inclusive, estavam conosco o Presidente da Comissão Especial e o Relator desta Comissão, Deputados Renan Filho e Vicente Candido. Foi um trabalho feito em conjunto pela Comissão de Esporte e Turismo e pela Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado.

Pudemos ver que existem coisas para melhorar, problemas que precisamos superar, mas temos de ressaltar também o lado positivo da Copa. Qual é esse lado positivo? A maioria das cidades-sedes está fazendo suas obras, trabalhando e qualificando pessoas nos canteiros de obra. Por quê? Porque o aquecimento do mercado de trabalho no Brasil tem sido muito grande. Num momento em que diversos países atravessam situações difíceis, o Brasil segue praticamente com pleno emprego ou com uma taxa de desemprego muito baixa. Acho importante ressaltar isso para mostrar que a Copa do Mundo, que só acontecerá em 2014, já começa a gerar benefícios para nossa população.

A fala do Relator Vicente Candido foi muito apropriada. Aqui estão diversas representações partidárias; temos a força do voto popular que nos conduziu a esta Casa para falar em nome da população do Brasil, mas precisamos dar ao mundo uma demonstração de união em torno de um evento que será benéfico para o País. Nossa imagem do ponto de vista econômico já está consolidada, porém o País necessita agora demonstrar uma imagem de eficiência, realizando uma boa Copa do Mundo de 2014, e que essa Copa seja também encampada pela população.

Quero aqui, Presidente Renan Filho, usar um exemplo da EuroCopa realizada em Portugal, uma propaganda que o brasileiro Luiz Felipe Scolari protagonizou. Ele fazia a convocação da Seleção de Portugal para a EuroCopa e, nessa convocação, ao invés de nome de jogadores, chamava garçons, atendentes de hotel, taxistas. E cada qual ia mostrando a sua imagem e se dizendo pronto para a missão.

Essa é convocação que o Brasil também tem de fazer, porque a Copa do Mundo não vai convocar apenas atletas. A Copa do Mundo vai implicar a convocação geral da nossa população, envolver milhares de pessoas que estarão trabalhando.



Recentemente, dei uma palestra para alunos do curso de Turismo de uma faculdade. O desejo dos nossos jovens de participar, de colaborar é muito grande, até para servir para eles de experiência no decorrer da carreira profissional.

Quero cumprimentar também esta Comissão pela ideia de usar, na Copa do Mundo, o tema do combate ao desarmamento e às drogas, incentivando a troca de ingressos ou de material esportivo por armas, e de fazer com que a Copa traga mais paz para nossa população.

Não precisamos esconder do mundo nossos problemas. A violência urbana é um problema contra o qual o Brasil vem lutando e conseguindo vitórias. Cito como exemplo o fato de alguns Estados já terem conseguido reduzir, e reduzir drasticamente, o número de homicídios. Então, podemos e devemos aproveitar essa sugestão do Presidente desta Comissão, o Deputado Renan Filho, para que o povo brasileiro como um todo abrace a ideia de uma Copa que simbolize paz para o nosso povo.

Vamos também debater aqui assuntos que dizem respeito aos direitos da cidadania, levando em conta que, para esse evento, receberemos milhares de turistas estrangeiros, entre os quais muitos vizinhos dos países da América do Sul. Esta será a primeira Copa em que poderá contar com a participação de seis países da América do Sul: o Brasil, já classificado por ser país-sede, quatro países que se classificam diretamente e mais um país que poderá se classificar na repescagem. É a primeira Copa em que poderemos ter a presença maciça dos países sul-americanos, cuja população, inclusive, tem mais facilidade de visitar o Brasil para assistir à Copa.

Saúdo todos. Vamos fazer o bom debate para poder, em harmonia, avançar. Não estamos aqui em lados opostos. O Governo brasileiro, o Parlamento, a FIFA, todos precisamos ver o ajuste que pode ser feito para que saia uma lei que, se não perfeita, seja a melhor possível para Copa de 2014.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu que agradeço ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto Deputado Jonas Donizette as palavras.



Antes de conceder a palavra ao Presidente Ricardo Teixeira, gostaria passar às mãos do Secretário-Geral da FIFA, Sr. Jérôme Valcke, a proposta do Ministério da Justiça, endossada pelo Relator e por mim, para incluir na Copa do Mundo um tema social. Assim como a África do Sul teve como tema o combate à AIDS, demonstrando ao mundo a preocupação daquele país em vencer essa chaga que assola a população mundial, o Brasil propõe como tema social para a Copa do Mundo de 2014 o desarmamento, por um mundo mais justo.

Passo, então, às mãos do Secretário-Geral da FIFA a proposta. (*Palmas.*)

Agradeço aos senhores os aplausos e passo, de imediato, a palavra ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Teixeira, para sua exposição.

O SR. RICARDO TEIXEIRA - Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Renan Filho; Sr. Relator, Deputado Vicente Candido, demais autoridades presentes à Mesa, Sras. e Srs. Deputados, ilustres membros desta Comissão, antes de mais nada, meu muito obrigado pelo convite. É um grande prazer voltar a esta Casa para mais uma etapa, neste momento importantíssimo de preparação do nosso País para a Copa do Mundo da FIFA de 2014.

Antes de falar diretamente sobre o tema relacionado ao trabalho desta Comissão, gostaria de convidar os senhores para uma reflexão sobre as oportunidades e benefícios diretamente relacionados ao fato de o Brasil sediar a Copa do Mundo em 2014.

Nós, brasileiros, estamos vivendo um momento que dificilmente viveremos no futuro próximo. Os olhos do mundo estão voltados para nós; está em jogo a nossa imagem como País; está em jogo nossa capacidade de aproveitar esta oportunidade, que é única.

Convido os senhores a uma breve análise da Copa do Mundo como um todo. Olhemos a grande figura, *the big picture*, como costumam dizer os norte-americanos. Recente estudo da Ernst & Young mostra que o Brasil terá impacto sobre a produção nacional de bens e de serviços de mais de 110 bilhões de reais em consequência da Copa do Mundo — 110 bilhões de reais, senhores! — e uma previsão de arrecadação tributária adicional de quase 20 bilhões de reais. De acordo



com essa pesquisa, somente esse valor se aproxima da quantia que se estima será investida em obras de infraestrutura nas 12 sedes.

O impacto sobre a renda será da ordem de mais de 63 bilhões de reais, ajudando a consolidar uma tendência de fortalecimento da classe média e tirando ainda mais brasileiros da pobreza. Isso sem mencionar os benefícios intangíveis como o ganho da imagem do País e das 12 subsedes, benefícios duradouros para o nosso turismo e nossos produtos no exterior.

Todas essas cifras, todos esses benefícios serão catalisados pela Copa do Mundo da FIFA, Copa que concordamos sediar porque sabíamos que traria frutos para o País.

Vejamos as últimas nações que lutaram para sediar o torneio da Copa do Mundo: Portugal, Espanha, Holanda, Bélgica, Rússia, Austrália, Estados Unidos, Japão, Coreia. Enfim, todos esses países estavam dispostos a assumir o mesmo compromisso que o Brasil assumiu com a FIFA para ser sede de competição.

Pois bem. Nós já ganhamos esse direito, mas acho que temos o dever de organizar uma Copa inesquecível, que servirá para consolidar ainda mais a imagem do nosso País no exterior.

Entrando agora na questão da adaptação da nossa legislação para receber a Copa do Mundo da FIFA, gostaria de salientar que os ajustes acordados na legislação brasileira são cruciais para a boa organização do torneio no Brasil. Vivemos em uma democracia, a discussão toda ela é muito saudável, mas o tempo não está mais ao nosso lado nesse caso.

Os compromissos assumidos para proteção de direitos comerciais e marcas da FIFA, sobre vistos de entrada, sobre permissão de trabalho, sobre responsabilidade civil e seguro não fazem parte de uma discussão ideológica ou de soberania, mas, sim, de uma questão de flexibilidade diante de um evento global e único, o que trará benefícios inquestionáveis ao Brasil.

Portanto, peço auxílio, peço apoio aos senhores para que encontremos um entendimento, o que tenho certeza irá acontecer o mais breve possível, e que consigamos o arcabouço necessário para a realização da maior competição do planeta em nossa terra. Assim, poderão seguir trabalhando cada parceiro, em suas



respectivas atribuições, para maximizarmos o legado fantástico que está ao nosso alcance com a realização desta Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço ao Presidente Ricardo Teixeira as palavras e passo, de imediato, para agilizarmos os trabalhos desta Comissão, a palavra ao Secretário Geral da FIFA, Sr. Jérôme Valcke.

O convidado falará em francês. A tradução simultânea será disponibilizada no canal 2.

Com a palavra o Sr. Jérôme Valcke;

O SR. JÉRÔME VALCKE - *(Exposição em francês. Tradução simultânea.)*
Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Comissão Especial, senhoras e senhores, peço desculpas por não falar português, mas eu não tive tempo de aprender. Eu entendo, mas falar é mais difícil.

Eu gostaria de agradecer por me convidarem e convidarem a FIFA para me expressar diante dos senhores, para poder fazer um ponto... *(Falha na gravação.)* ...e da organização da Copa do Mundo e das Confederações em 2013.

Em 2007, o Brasil pediu à FIFA para organizar essa Copa do Mundo. Em 2006, o Brasil considerou que era fundamental para o país receber em 2014 a Copa do Mundo, porque o Brasil é representante do futebol no mundo, o Brasil tem uma forma de jogar futebol no mundo — eu não preciso dizer quantos jogadores brasileiros jogam não somente no Brasil, mas também na Europa e nos outros continentes.

A partir de algumas semanas e meses — talvez até mais —, temos tensões regulares entre o Governo brasileiro, entre autoridades brasileiras e a FIFA. Eu queria ser claro ao dizer que não há nenhum motivo para haver tensões entre nós. Ou estamos todos no mesmo barco, ou não chegaremos juntos à data da Copa das Confederações ou à da Copa do Mundo, em 2014. Em nenhum momento a FIFA coloca a soberania do País em questão. A FIFA já organizou várias Copas do Mundo em todos os continentes do mundo, inclusive na África, em 2010. Nunca a FIFA colocou em questão a soberania de um país.



Como cidadão francês, sei que a soberania foi criada pela França no século XV, e o Estado era o único que podia tomar decisões. A FIFA trabalha em colaboração com cada um dos Estados com relação a esse assunto. A soberania é um caso de que somente o Estado pode cuidar.

Então, não podemos trabalhar sem um ou outro. A FIFA não pode trabalhar sem o Governo central, ou sem as cidades. E a parte mais importante é que, uma vez que esse problema entre o Governo, autoridades e a FIFA estejam regulados, a relação entre nós e as 12 cidades organizadoras estará correta.

Todo mundo tem a impressão de que é fácil organizar uma Copa do Mundo, todos acham que são capazes de fazê-lo, mas a Copa do Mundo, se fizermos uma média, envolve 50% da população mundial. Trabalhamos com 3 bilhões de audiência acumulada e, em média, com 400 milhões de espectadores por jogo. Quando um evento tem tal importância, é de extrema responsabilidade organizá-lo da melhor forma. Não se trata somente de receber duas equipes para jogar no mesmo estádio, mas de receber todas as pessoas que vão assistir aos jogos, de envolver as milhões de pessoas que vão se beneficiar da organização da Copa do Mundo. Isso pede energia e também muito entusiasmo.

Ao longo das últimas semanas, eu tive ocasião de encontrar pela primeira vez a Presidente da República, Dilma Rousseff, em Bruxelas. Conversamos a respeito dos detalhes, o que foi muito interessante. Falamos dos detalhes, do que representa a organização da Copa do Mundo num país como o Brasil.

Ontem, tive o prazer de encontrar o novo Ministro do Esporte, e, mais uma vez, a reunião se passou muito bem, porque pudemos conversar a respeito de vários pontos que são críticos para nós.

Eu sei que um grande número dos senhores questionou qual é o nível das trocas, do intercâmbio de leis com relação ao Brasil e à Copa do Mundo. Eu gostaria de dizer que é necessário considerar que a Copa do Mundo não é, em nenhum caso, um evento do mesmo nível que qualquer outro evento esportivo que o Brasil tenha organizado nos últimos anos.

A Copa do Mundo não acontece em um ponto particular. Os Jogos Olímpicos acontecem em apenas uma cidade, no caso do Brasil, no Rio de Janeiro. A Copa do Mundo acontece em diferentes cidades, e essa circunstância é fundamental. As



peessoas que vão aos Jogos Olímpicos vão apenas para a cidade do Rio de Janeiro; na Copa do Mundo, as pessoas vão viajar para diversas cidades do Brasil.

No Brasil, faremos diferentemente do que fizemos na África do Sul, pois não somente dividiremos o Brasil em quatro regiões, mas achamos que as 12 cidade-organizadoras deveriam ter a chance de receber todas as equipes, sejam as maiores cidades, sejam as menores. Então, o Comitê de Organização da FIFA impôs uma pressão fundamental para assegurar que seria fácil viajar para todo o País. De forma geral, uma cidade que recebe a Holanda, por exemplo, vai se tornar uma vila laranja. Se houver um jogo da Holanda contra a Argentina em Manaus, por exemplo, temos de assegurar a viagem a Manaus de milhares de torcedores tanto argentinos quanto holandeses.

Então, com respeito às construções, o estádio, é lógico, é a primeira preocupação, mas não é a única. Nenhum dos pedidos que nós, da FIFA, fazemos são diferentes do que fizemos no passado e não são diferentes do que faremos no futuro. Estamos no mesmo nível de negociação com a Rússia — finalizaremos as negociações nos próximos seis meses. Todas as leis e garantias não são diferentes, assim como também em relação ao Catar, cujos textos estamos terminando agora.

O que pedimos agora ao Brasil, através desses diversos regulamentos, visa assegurar o sucesso desta Copa do Mundo. Todos os pedidos que a FIFA faz estão de acordo com as garantias governamentais que nos foram passadas em 2007 pelo Presidente Lula. Nunca pedimos nenhuma garantia a mais a partir do dia em que o Presidente Lula e o conjunto da delegação do Brasil fora, a Zurique para receber da FIFA as exigências para a organização da Copa do Mundo e, depois, durante um encontro privado que tivemos antes da decisão e, logicamente, antes do anúncio de que o Brasil organizaria a Copa do Mundo de 2014, quando recebemos da delegação brasileira liderada pelo Presidente Lula a garantia do que nos seria entregue no tempo correto. E não mudamos uma só palavra do que foi pedido — e foi aceito — pela FIFA, em 2007, para que o Brasil recebesse a organização desta Copa do Mundo.

É fundamental trabalhar em cooperação quando organizamos um evento do tamanho da Copa do Mundo. Nós devemos falar a mesma linguagem, ter os mesmos objetivos. Depois das discussões que tivemos com a Presidente Rousseff,



acreditamos que estamos no caminho certo para realizar nas próximas semanas esse texto.

Vou agora explicar como a Copa do Mundo pode mudar um país. É preciso perguntar como a Copa do Mundo será importante. O Brasil será o centro do mundo durante 32 dias. O Brasil é o país que o mundo inteiro irá olhar; todos vão querer vir ao Brasil assistir aos jogos.

A última Copa do Mundo mudou a imagem da África do Sul. A diferença entre a África do Sul e o Brasil é que todos faziam questionamentos quanto à África do Sul. Eu fui o melhor viajante de comércio, porque durante três anos tentei explicar ao mundo que a África do Sul iria sediar a Copa do Mundo, que não era um escândalo a FIFA ter entregue à África do Sul a organização da Copa. A diferença desse país Brasil é que cada vez que se fala sobre o Brasil ninguém questiona porque a Copa deveria vir para o Brasil. Qualquer pessoa com quem se fala sobre a Copa do Mundo quer comprar uma passagem para vir ao Brasil. Quando se fala com uma família, com uma criança, mesmo que não gostem de futebol, todos querem vir ao Brasil. E é por isso que, se tivemos 200 mil, 250 mil pessoas do mundo inteiro na Copa do Mundo da África do Sul, acreditamos que ao Brasil virão em torno de 500 mil pessoas assistir aos jogos em 2014, durante 32 dias.

O que eu gostaria de precisar é que, diferentemente dos Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo é financiada pela FIFA. A FIFA investirá 2 bilhões de dólares, mais ou menos, para realizá-la. Em seguida, serão usados fundos públicos ou privados para construir os estádios, para construir o conjunto das infraestruturas necessárias, mas as construções não serão perdidas. O conjunto das infraestruturas será utilizado pelo Brasil. Nós não pedimos à África do Sul para construir uma ferrovia como a Gautrain, que liga o centro de Joanesburgo ao aeroporto, mas ela foi construída para facilitar a vida dos africanos, e agora faz parte do legado da Copa do Mundo de 2010.

A FIFA não utiliza dinheiro público, não pedimos investimentos de ninguém. O conjunto das obras é realizado por nossos parceiros comerciais, o que explica por que devemos protegê-los.

Haverá milhões de espectadores, e eles necessitam de uma organização especial. Tivemos, nos últimos meses, encontros com diferentes organizações



governamentais para discutir compromissos e fazer um acordo entre as partes. Conseguimos esse acordo em abril passado. Foi um acordo que convinha ao conjunto das partes, o Brasil, o Comitê de organização e a FIFA.

Eu gostaria de fazer ainda alguns esclarecimentos. Bilheteria, por exemplo. Na verdade, a FIFA não gosta da meia entrada. Quando encontramos a Presidente Dilma, ela mostrou que a meia-entrada para maiores de 60 anos era uma lei nacional. Dissemos que não mexeríamos na lei nacional. Dessa forma, a comunidade maior de 60 anos teria acesso à meia-entrada. Quando falamos de outro grupo que se beneficia da meia-entrada, como, por exemplo, os estudantes, dissemos que tínhamos um problema técnico. Não é um problema de dinheiro. A meia-entrada não muda a organização. Não é uma questão de dinheiro. Disse à Presidente Rousseff: *“A senhora me pede meia-entrada para maiores de 60 anos, e eu não estou pedindo nenhum benefício monetário para isso”*. Mas há um problema técnico.

Então, em vez de haver diferentes grupos que tenham acesso à meia-entrada, propus à Presidente — discutimos ainda ontem — que implantássemos uma categoria 4, que será diferente e será reservada apenas para os brasileiros. Na categoria 4, trabalharemos como quisermos, com o Governo brasileiro e com a Comissão, para ver como queremos assegurar acesso privilegiado aos estudantes nessa categoria, assegurar acesso privilegiado a diferentes grupos que tenham direito à meia-entrada.

O que quer dizer a categoria 4? Que a entrada, do jogo 2 ao jogo 48, do jogo de entrada até o final, custe 25 dólares, não importando qual será jogo — do 2 até o 48 —, e também havendo preços especiais para a abertura e para a final. Isso é para que tenham apenas uma ideia — peço desculpas, não tenho noção dos outros valores —, seriam aproximadamente 25 dólares.

Discutimos para dar acesso ao maior número de pessoas à Copa do Mundo. Estamos de acordo com que trabalharemos com a Comissão para assegurar, de uma forma ou de outra, que diversas comunidades tenham acesso à Copa do Mundo. De forma geral, não são os mais pobres que compram a meia-entrada. São os que têm possibilidade de comprar ingressos da categoria 3 ou 4. Então, temos que assegurar que essas pessoas que compram bilhetes da categoria 4 não tenham



como comprar da categoria 2 ou 3. Que a pessoa que tenha a possibilidade de comprar a meia-entrada não tome a entrada da pessoa que não tem a capacidade de comprar da categoria 2 ou 3. Sabemos que pessoas que vão comprar bilhetes da categoria reduzida podem ser cambistas. Um bilhete da Copa do Mundo vale muito dinheiro, e a meia-entrada vale ainda mais no mercado paralelo.

É isso, então, no que se refere às entradas.

Outro exemplo é a questão das mídias. Como podemos imaginar que a FIFA pode estabelecer quem tem e quem não tem direito de entrar em algum estádio? Se a FIFA decidisse que jornalistas que escreveram algo contra ela não pudessem entrar, ganharíamos então muito espaço, porque não existe jornalista no mundo que não tenha escrito algo negativo em relação à FIFA. A FIFA trabalha de forma correta com os agentes da imprensa, com os agentes internacionais da imprensa. Esse conjunto é membro da nossa Comissão.

Trabalhamos com o credenciamento 180 dias antes desse processo. E esse processo será claro, transparente. O único limite com relação a isso é que haverá mais pedidos do que posições. E um estádio de futebol não pode ser ocupado somente por jornalistas. Haverá, então, um limite de credenciais que daremos, mas haverá mais credenciais para a mídia brasileira, no caso. Sempre quando organizamos uma competição em um país, agimos assim. Haverá um conjunto de credenciais dadas. Nenhum sistema permitirá que um jornalista deixe de ganhar uma credencial porque disse algo. Ele não será penalizado por algo de ruim que tenha dito relativamente à FIFA.

Falarei agora de duas leis. Há o estatuto chamado Lei Pelé. São textos escritos com relação às competições, à proteção dos torcedores nas competições que acontecem no Brasil correntemente, as quais não são do tamanho da Copa do Mundo.

Conversando com a Presidente, nós dissemos que não queremos acabar com essas leis. Nós queremos, a partir dessas leis, ver quais os artigos e textos que poderiam ser aplicados à Copa do Mundo, como evento mundial, e o que não poderia ser aplicado. Deveríamos entrar em acordo com relação ao texto que não pode prevalecer na Copa do Mundo. Portanto, não estamos suprimindo a lei, não



estamos suspendendo a lei, mas consideramos essa lei que corresponde à organização da Copa do Mundo, não na sua integralidade.

Já que falei sobre dinheiro, gostaria de voltar rapidamente ao tema da proteção dos direitos comerciais da FIFA. Temos que fazer a diferença entre as oportunidades de negócios para um grande número de pessoas da sociedade brasileira e a utilização abusiva da Copa do Mundo por diferentes entidades.

Vou dar um exemplo. Na Alemanha, em 2006 — não me lembro em qual cidade, acredito que tenha sido em Munique —, um dia, indo para o estádio, percebemos que havia quatro ônibus com marca eletrônica que não era a marca da FIFA. Rodavam na cidade todos os dias, iam e voltavam para o estádio todos os dias. O problema é que esses ônibus estavam vazios, eles apenas exibiam a marca que era concorrente da FIFA, o que não é autorizado.

Não é que não nos agrada, é simplesmente porque temos parceiros que financiam o conjunto do sistema pelo qual a FIFA financia o futebol, e nenhuma dessas competições ganha dinheiro. Então, temos que assegurar aos nossos parceiros econômicos proteção absoluta, para que em nenhum caso se possa competir, em torno do estádio, não importando em que momento, com empresas que são parceiras da FIFA e que ajudam a desenvolver o futebol.

Eu cito como exemplo a Nike, porque sei que é parceira de Ricardo Teixeira. A Nike é uma empresa muito grande e é concorrente da nossa, a Adidas. A Nike é a primeira a considerar que a Copa do Mundo não pode ser utilizada para ser contra o *marketing* da FIFA. E não vimos, em 2010, nenhuma ação feita por essa empresa contra a FIFA.

Tentamos colocar isso no nosso sistema e no sistema do futebol. É necessário dizer que nós da FIFA utilizaremos um número de companhias, de empresas. É um dinheiro que será gasto no Brasil. Utilizarão pequenas empresas, pequenos negócios em torno das cidades que organizam a Copa do Mundo com relação a tudo o que é serviço, tudo o que é necessidade durante a Copa do Mundo.

Gostaria de concluir dizendo apenas que, se os senhores acreditam que a Copa do Mundo é uma organização perfeita, estão longe de ter razão. Estamos atrasados, não podemos perder nem mais um dia. Sim, os estádios serão construídos, mas não fazemos declarações na FIFA apenas para fazer declarações.



Viajamos para visitar as 12 cidades, para ver como tudo está acontecendo nessas cidades, e viajar pelo Brasil não é fácil. Dirigir em São Paulo, deslocar-se em São Paulo é um pesadelo: saindo do aeroporto às 8 horas, leva-se meio dia, e não pode acontecer dessa forma. Os torcedores e os integrantes das mídias precisam deslocar-se de forma muito fácil entre uma cidade e outra, sem que isso cause problema.

A Copa das Confederações, em 2013, será, sem dúvida nenhuma, um grande teste para nós, mas será muito tarde para fazer qualquer mudança fundamental. É por isso que devemos trabalhar desde agora e acelerar os trabalhos. Trabalharmos juntos é a solução, é o meio de conseguir realizar esta Copa do Mundo. E que vocês ganhem pela sexta vez — parece ser o sonho do Brasil ganhar mais uma estrela, a sexta, no estádio do Maracanã, como não foi feito em 1950.

Ou faremos juntos, ou não faremos mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço as palavras do Secretário-Geral da FIFA, Sr. Jérôme Valcke, que apresentou aos presentes um roteiro da Lei Geral da Copa. Quero dizer ao Secretário-Geral que essa garantia de direitos sociais ao povo brasileiro é muito importante e já era uma demanda premente da nossa sociedade. Com muita felicidade nós ouvimos as palavras de S.Exa. no sentido de garantirmos direitos sociais ao povo brasileiro, sobretudo aos idosos e aos estudantes, que já têm, por tradição antiga no Brasil, direito à meia-entrada.

Os estudantes, Jérôme — eu queria colocar para que você soubesse —, têm direito à meia-entrada no Brasil desde 1940. Essa meia-entrada só foi suprimida num período, que foi o da ditadura militar, e não podemos deixar que isso aconteça novamente.

Queria, para concluir e antes de passar a palavra ao Relator, somente dizer da disponibilidade da FIFA no sentido de negociar, de intermediar, de aparar as arestas desse projeto de lei, para que a entidade possa, juntamente com o Brasil, realizar uma grande Copa do Mundo, respeitando, como você disse, a soberania nacional e os direitos do povo brasileiro.



Portanto, vamos passar à fase das interpelações. Eu gostaria de passar a palavra, de imediato, ao Relator Vicente Candido, para que S.Exa. pudesse fazer suas perguntas, seus questionamentos e passar a impressão que teve das apresentações realizadas.

Com a palavra o Deputado Vicente Candido, Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, serei muito rápido, até porque já fiz uso da palavra inicialmente e para que se dê mais espaço aqui para uma maior participação de todos os Deputados e Deputadas, também procurando colaborar com o tempo exíguo.

Queria que o Secretário pudesse detalhar para nós, um pouco mais, como são distribuídos os ingressos historicamente; sobre essa previsão agora para o Brasil, para os parceiros e para o mundo; sobre a previsão de venda no Brasil; e também o quanto de ingresso representaria esse grupo 4, no qual nós vamos acomodar as demandas sociais de pessoas de baixa renda, de estudantes, de idosos.

Também gostaria que ele nos desse uma noção, um pouco mais de informação, que eu julgo importante, de quanto custa — já foi falado pela FIFA em relação à Copa —, de quanto arrecada e como são distribuídos os eventuais resultados positivos desse evento. Como a FIFA se financia, como financia seus sócios, quantos países hoje estão associados à FIFA e quantos estariam participando desse empreendimento todo? Eu julgo importante termos mais informações para que possamos fazer um debate com dados mais precisos.

Por enquanto, são essas as perguntas. Depois, se for conveniente, eu volto a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Com a palavra o Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke.

O SR. JÉRÔME VALCKE - (*Exposição em francês.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Com a palavra o Deputado Vicente Candido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Queria que o Secretário fizesse um comentário em relação à proposta, protocolada pelo Presidente Renan Filho, sobre a campanha do desarmamento.



A campanha é do Governo brasileiro, coordenada pelo Ministro da Justiça, e a Seleção Brasileira é parceira nessa campanha. Queremos qualificar a campanha desde agora até o final da Copa do Mundo, com troca de ingressos, camisetas, bolas, onde emblematicamente seja forte.

Gostaria que o Secretário nos desse uma dimensão do que seria possível fazer quanto à parceria entre a FIFA e o Governo brasileiro e nos dissesse se há possibilidade de estender essa campanha a outros países que queiram a ela aderir. Infelizmente, o Brasil é o campeão de mortes provocadas por armas de fogo. O segundo colocado é a Colômbia. O terceiro colocado deve ser país da América Latina.

Que seja utilizada, então, a influência da FIFA, em relação aos países parceiros e membros da FIFA, para se fazer a campanha pelo menos nos países que queiram aderir a essa iniciativa.

O SR. JÉRÔME VALCKE - *(Exposição em francês. Tradução simultânea.)* - Eu não vou fazer este compromisso, dizer que vai ser entregue, porque eu acho que há tanta arma no Brasil que não vamos ter a quantidade de tíquetes correspondentes, infelizmente.

Nós vamos incluir essa iniciativa no conjunto de campanhas sociais da Copa Mundo. Como nós dissemos ontem, a Copa Mundo dura 32 dias ou um pouco mais. Podemos organizar operações especiais durante a Copa Mundo, em particular, quando houver alguns dias de repouso após os jogos.

Podemos pensar em organizar também um evento. Uma dessas 12 cidades pode organizar eventos específicos. Em todas as Copas Mundo há um dia dedicado à luta contra o racismo e contra a exclusão. Podemos perfeitamente utilizar essa campanha para que se usem menos armas no Brasil ou na América do Sul. Podemos considerar desde agora a luta contra o desarmamento individual no conjunto das campanhas sociais da FIFA. Poderemos também trabalhar com a Adidas ou outros parceiros para ver de que maneira podem apoiar ou como podem fazer isso.

Sabemos que o primeiro presente que damos a uma criança é uma bola. Podemos também trabalhar com as siglas. Isso pode também servir de mensagem, não durante os jogos, porque são parceiros econômicos, mas podemos criar



mensagens que podem ser difundidas nos estádios durante os jogos e assegurar que tudo vai ocorrer muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - A lista de inscrições está sobre a mesa. Primeiramente passaremos a palavra aos autores do requerimento, que são quatro. S.Exas. teriam direito a fazer uso da palavra pelo prazo de 10 minutos. Peço-lhes, contudo, a fim de que todos os Deputados possam interpelar o Secretário-Geral da FIFA, que utilizassem o prazo de 5 minutos. Dessa forma, teremos condição de ouvir todos os outros Deputados, pelo prazo de 3 minutos, em blocos de 5 oradores. Assim poderemos dar melhor ordenamento à reunião.

Consulto o Plenário se há consenso em relação a essa proposta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, o encaminhamento está correto. É importante que todos os Parlamentares possam fazer uso da palavra. Concordo com a ideia. É importante democratizar ao máximo a palavra aos Srs. Parlamentares.

Após a intervenção dos quatro autores do requerimento — o protagonismo da fala é deles, que se pronunciarão pelo tempo de 5 minutos —, vou solicitar a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Havendo consenso, passarei a palavra ao Deputado José Rocha, Vice-Presidente desta Comissão, autor do requerimento, antes, entretanto, convido para compor a Mesa o Presidente do Corinthians, Andrés Sanchez, e o Presidente da Federação Paulista de Futebol, Marco Polo Del Nero.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, por gentileza, qual é a sequência dos inscritos, dos autores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - V.Exa. será o próximo. Posteriormente falará o Deputado Rui Palmeira.

Com a palavra o Deputado José Rocha, autor do requerimento, que dispõe de 5 minutos, improrrogáveis, para que possamos ouvir todos os Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pois não, ilustre Presidente, ficarei bastante atento a esse tempo.



Quero cumprimentar o Presidente Renan Filho, esta Comissão Especial, o nosso Relator, Deputado Vicente Candido, os dois convidados para esta reunião, o Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, e o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, os demais componentes da Mesa, os colegas Vice-Presidentes, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.

Agradeço aos dois convidados, que atenderam ao convite desta Comissão, e os parabenizo.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Turismo e Desporto desta Casa, Deputado Jonas Donizette.

Esta reunião decorre da aprovação de requerimento apresentado por Deputados para que pudéssemos tratar, nesta importante fase do debate da Lei Geral da Copa, da posição do Brasil, da posição da FIFA no que se refere à realização desse grande evento, a fim de que a FIFA e o Estado brasileiro alcancem ponto de equilíbrio quanto às exigências feitas por essa federação, ao caderno de encargos e ao protocolo de intenções assinado pelo então Presidente Lula. O Congresso Nacional tem participação importante para delimitar os direitos de cada um nesse evento.

Eu acho que o Presidente Lula, ao fazer o convite e ao receber o caderno de encargos, certamente deixou que todos entendessem que o Congresso decidiria sobre esse protocolo de intenções, sobre esse caderno de encargos. É o que estamos fazendo nesta Comissão.

Eu tenho declarado — isto foi dito pelo Secretário-Geral da FIFA — que não haverá um Estado FIFA dentro do Estado brasileiro. Foi bem entendido pelo Secretário-Geral que realmente não há intenção da FIFA de interferir em qualquer lei brasileira, de ferir a nossa soberania ou de criar problemas para o Governo brasileiro. Eu parabenizo o Secretário-Geral da FIFA, que apresentou claramente essa questão, que tem gerado as maiores discussões pela imprensa.

O Secretário-Geral deu a entender que são quatro categorias de bilhetes, de 1 a 4. Queria só que ele confirmasse qual é a disponibilidade, percentualmente, para cada categoria e quais são os valores dos ingressos para cada categoria?

Em relação ao ingresso avulso, o projeto de lei que chegou a esta Casa fala no ingresso avulso e no ingresso casado com os pacotes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Para concluir, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Nós pretendemos aqui, numa discussão, dizer também da necessidade do ingresso avulso, para que as pessoas tenham a oportunidade de adquirir o bilhete sem que esteja vinculado a determinado pacote. É outra pergunta que eu faço ao Secretário-Geral, para que ele se posicione em relação a isso.

Pergunto ao Presidente Ricardo Teixeira sobre a proteção dos patrocinadores no que diz respeito às suas marcas durante o evento. Fala-se na proteção dos símbolos, dos hinos da FIFA e CBF, mas não se fala na proteção das marcas dos patrocinadores que estão também atuando durante a Copa. Várias empresas patrocinam diversas seleções. A Adidas patrocina uma seleção; a Nike, outra, e assim por diante.

Eram essas as minhas perguntas.

Deixo registrado o meu agradecimento. Parabenizo o Secretário-Geral da FIFA e o Presidente da CBF por estarem aqui, a convite desta Comissão, prestando importantes esclarecimentos.

A meia-entrada já foi aqui discutida. Entendemos também da necessidade da meia-entrada para o estudante e para o idoso. Como foi dito pelo Secretário-Geral, esse direito está assegurado. Queremos apenas que essa posição seja reafirmada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu gostaria de solicitar ao Secretário-Geral da FIFA, Sr. Jérôme, e ao Presidente Ricardo Teixeira que anotem os questionamentos, para que as respostas sejam dadas em bloco aos autores do requerimento.

Passo a palavra ao Deputado Otavio Leite, autor do requerimento. S.Exa. dispõe de 5 minutos, improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, na pessoa de V.Exa. cumprimento a todos os que participam desta reunião.

Dr. Valcke, vejo neste plenário pelo menos três baluartes do futebol brasileiro, ex-atletas que foram alçados pelo povo à condição de representante. São também, ao mesmo tempo, da mesma forma que todos os brasileiros, vocacionados a ser palpateiros de futebol, treinadores de futebol. Sabemos tudo sobre futebol. Todos



temos essa qualidade de versar sobre o assunto, porque é o esporte brasileiro, está na alma de todos nós.

Nessa condição e na de representante do povo, estamos muito preocupados. O povo também precisa ter a possibilidade de assistir aos jogos. Essa categoria 4 precisa ser elucidada. O art. 32 do projeto que nos foi encaminhado é claro ao dizer que à FIFA caberá a determinação do valor de cada ingresso. Por outro lado, é preciso compreender que no Direito brasileiro o uso, o costume e a tradição são fontes imprescindíveis para a elaboração da regra jurídica. E está consagrado no Brasil que os estudantes têm direito à meia-entrada.

Compreendendo que estamos diante não apenas de um certame, mas de um negócio, que precisa se pagar, e por aí vai, queremos oferecer a seguinte proposta, algo concreto: para cada jogo ficaria definido um percentual de cadeiras disponibilizadas para estudantes e ingressos populares, para o povão, ingressos bem baratos; seria colocado no portal da FIFA, e todos que quisessem adquirir o ingresso poderiam comprá-lo; se houvesse número maior do que o oferecido, seria feito um sorteio; esse portal seria “turbinado” economicamente por publicidade. A publicidade é o ingrediente fundamental desse processo. Essa seria uma forma de subsidiar efetivamente esse ingresso mais barato para o povo trabalhador brasileiro e para o estudante brasileiro. Gostaria que o senhor considerasse essa proposta que vamos apresentar como emenda.

Desejo também indagar o seguinte: qual é a estimativa, quantos são os profissionais que vão ser contratados no Brasil para trabalhar? Quero lembrar que a lei também tem de respeitar uma regra brasileira que prevê percentual de profissionais portadores de deficiência para exercer esse papel.

Eu me dirijo agora ao Presidente Teixeira. Estamos todos a falar de um certame maravilhoso, de um evento formidável, único para o Brasil. Haverá legado? Usa-se muito esta expressão: legado. O legado físico dos estádios, o legado da infraestrutura urbana. Mas é preciso lembrar: não há Seleção Brasileira se não houver clubes de futebol. E os clubes, pelo visto, estão sendo esquecidos. Há um sério atoleiro econômico-financeiro por que passam os clubes. O Governo brasileiro nada propôs nesse sentido.



Lembro que hoje há uma oportunidade ímpar de podermos encontrar uma saída para uma nova governança dos clubes, mais transparente, mais democrática, mais visível, que permita aos clubes ter algum tipo de aporte de recursos públicos ou recursos que possam ser oferecidos por meio de financiamentos. Estamos falando de uma Copa do Mundo, do grande templo do futebol, de um instante maravilhoso, mas estamos nos esquecendo da base. E a base são os clubes, que precisam ter na Lei Geral da Copa, Sr. Relator, algum tipo de mecanismo que permita a todos nós, no futuro, dizer: sim, aos clubes também foi oferecido um legado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu queria trazer essa outra proposta e perguntar o seguinte ao Presidente Teixeira: o que o senhor da ideia de se deixar um legado para os clubes? Não se trata de nova Timemania, de REFIS, mas uma coisa muito maior e sólida, que permita aos clubes sair do atoleiro em que se encontram, com transparência, com responsabilidade, o que todos os dirigentes têm que ter. Essa é uma pergunta que eu queria fazer à CBF.

Pergunto ao Sr. Valcke sobre o custo dos estádios, com base no que a FIFA observou na Alemanha e na África do Sul. No Brasil, o Maracanã, por exemplo, vai custar aproximadamente 500 milhões de dólares, imagino. O Deputado Rodrigo Maia acha que vai ser mais, inclusive. Já se fala em 1 bilhão. Enfim, existe um valor padrão FIFA, um valor médio que perpassa os países quanto ao custo por assento, por cadeira, por torcedor, para podermos identificar o que se está gastando no Brasil?

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Sou eu que agradeço, Deputado Otavio Leite, a atenção ao tempo e as perguntas dirigidas aos convidados.

Com a palavra o Deputado Rui Palmeira, autor do requerimento. S.Exa. dispõe de 5 minutos, improrrogáveis, para fazer as suas considerações e interpelações.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Saúdo o Sr. Presidente Renan Filho; o Relator, Deputado Vicente Candido; o Presidente Jonas; as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados.



Quero também saudar os nossos convidados, o Sr. Ricardo Teixeira e o Sr. Jérôme Valcke.

Meus amigos, nós temos uma grande oportunidade de fazer o debate dessa Lei Geral, uma lei — já disse isto em outras reuniões — extremamente subjetiva em alguns pontos, que devem gerar uma série de conflitos judiciais.

Já foi abordada a questão da meia-entrada Nós temos de alertar o Sr. Jérôme Valcke que a meia-entrada é garantida por leis estaduais. Essas leis, obviamente dentro da circunscrição do respectivo Estado, valem tanto quanto a lei federal que garante a meia-entrada para o idoso.

Há pontos que configuram claramente desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor. Existe a possibilidade de criação de um tribunal exclusivo para julgar fatos referentes à Copa do Mundo, o que nos parece uma afronta à Constituição brasileira. Tipificam como criminosos atos que já são assim tipificados. Por fim, concede-se uma série de direitos, e não se impõe qualquer dever à FIFA.

V.Sa., Sr. Jérôme Valcke, não vai ter problema futuramente com o Congresso Nacional, com a Presidência da República. Se essa lei for aprovada como está, vão chover ações judiciais. Esse vai ser o grande problema da Copa do Mundo, se não aproveitarmos este momento para fazer adaptações nessa Lei Geral, malredigida, subjetiva, incompatível com a legislação brasileira.

Quero também, Sr. Valcke, Sr. Teixeira, elogiar a postura dos senhores no dia de hoje, uma postura humilde. Há candura por parte de V.Sas., algo bem diferente do que se viu em algumas entrevistas que V.Sas. concederam à imprensa brasileira, quando houve arrogância, prepotência, ameaças veladas ou diretas a desafetos. Então, fica registrado o nosso elogio a essa postura humilde dos senhores.

Falando em entrevista, Sr. Valcke, quero mencionar uma entrevista que V.Sa. concedeu ao jornal *O Estado de S. Paulo*. O jornal pergunta o seguinte: *“Mas o que ocorrerá se a Lei Geral da Copa não passar da forma que a FIFA quer?”* V.Sa. diz o seguinte: *“O que ocorrerá é que não organizaremos uma Copa em boas condições. No final, não haverá vencedores. O Brasil não vai vencer a FIFA. Romário e outros Deputados não vão vencer a FIFA. A Copa ocorre no Brasil de qualquer jeito”*. Porém, V.Sa. finaliza desta maneira: *“Mas temos de garantir que seja boa”*. Então, quero saber de V.Sa. que boa condição é essa para se realizar a Copa no Brasil. A



condição imposta por V.Sa. é a de que aprovemos a Lei Geral da Copa da forma como ela está posta? É isto que quer a FIFA, impor sua vontade ao Congresso Nacional?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço ao Deputado Rui Palmeira.

Vou passar a palavra ao Presidente Jonas Donizette, que colaborou para a realização desta reunião. Em seguida, iniciarei a chamada dos inscritos.

Tem S.Exa. a palavra, para que faça seu breve questionamento aos convidados.

O SR. DEPUTADO JONAS DONIZETTE - Serei breve. Sr. Presidente. Vou abordar a questão da bebida alcoólica nos estádios.

Nós temos no Brasil, Sr. Jérôme Valcke, uma lei muito avançada no que diz respeito ao fumo. Aliás, aprovamos recentemente, no Congresso Nacional, restrição ainda maior aos fumantes, quanto a fumar em lugares fechados. Já havia lei estadual sobre isso. Agora se torna, com aprovação do Plenário, uma lei federal.

A bebida alcóolica está no cerne da questão da violência em nosso País. Inclusive, há nesta Casa uma Comissão Especial, presidida pelo Deputado Vanderlei Macris, que trata desse tema. Nós sabemos que o esporte, a vida saudável não combinam com bebida alcoólica. Mas sabemos também que a FIFA tem entre os seus patrocinadores marca de cerveja. Como V.Sa. diz, nós estabelecemos compromisso, em alguns acordos que fizemos, para que a Copa viesse para o País.

Existe hoje a proibição de bebida alcoólica, em alguns Estados, nas partidas de futebol. Isso não aconteceu por acaso. Foi detectado que a bebida era um fator que gerava muitos problemas entre os torcedores. Não vou dizer que essa proibição, pura e simplesmente, resolveu o problema, porque ainda há torcedores que bebem fora do estádio e, muitas vezes, ingressam no estádio já num grau avançado de alcoolismo.

Achamos importante manter essa regra, para que possamos passar ao mundo também um pouco dessa cultura que temos. Debateremos a Lei do Idoso, a Lei



dos Estudantes. Acreditamos que é positivo para o País que o mundo saiba que o Brasil tem essas legislações.

Faço uma ponderação a V.Sa. É imprescindível para a FIFA a venda de bebida alcoólica, ou apenas a propaganda já contemplaria a questão do patrocinador? Eu acho que a receita auferida com a venda de bebida nos jogos não é algo tão significativo, a ponto de fazer diferença no cômputo econômico.

Eu acredito que, para o País, seria muito significativo que mantivéssemos a proibição da venda de bebida alcoólica nos estádios, mesmo que tivéssemos de aceitar, no caso, a propaganda da marca que patrocina a FIFA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Concluído o primeiro bloco de oradores, passo a palavra ao Sr. Jérôme Valcke, para que possa responder as perguntas apresentadas pelos autores do requerimento e pelo Presidente Jonas Donizette.

O SR. JÉRÔME VALCKE (*Exposição em francês. Tradução simultânea.*) - Quanto à categoria 4 e aos diferentes preços, desculpe-me, mas não posso dar todos os preços, porque não os tenho de cabeça. Mas estamos falando de algo em torno de 25 dólares entre a partida 2 e a partida 48. Sei que a categoria 1 será em torno de 900 dólares, mas não posso dizer os preços. É um valor que vou passar aos senhores depois, não foi validado ainda pelo Comitê da FIFA. São números que estou apresentando de forma bruta, aproximada. Essa categoria de bilhete de entrada deve servir não apenas aos estudantes, mas a todos, ao conjunto das pessoas que podem e querem ir aos jogos.

Também tem de ficar claro que nem todo o mundo vai aos jogos, nem todos vão poder ir à final da Copa do Mundo. Para a final, os ingressos são vendidos antes mesmo que o primeiro jogo tenha ocorrido. Será uma estrada longa, vai haver sorteios, de forma que possamos fazer a organização no sentido de que todos tenham acesso.

Não sei quantas pessoas há neste plenário hoje. Imagino que sejam 300 pessoas. Se me perguntarem quantas podem adquirir um ingresso para assistir à final da Copa do Mundo, direi que são poucas. Vai ser um caminho difícil aquele para que todos tenham acesso, porque será ultrapassada a capacidade de atender a todos. Na Champions League, por exemplo, quando o Barcelona joga contra o Real



Madrid, a procura é de 100 mil, 150 mil ingressos, e o estádio tem capacidade para 90 mil pessoas.

Falamos da proteção das marcas. Para algumas equipes, Puma; para outras, Umbro; para a CBF, Nike. O hotel de cada equipe tem a capacidade de promover o seu parceiro e a sua conferência de imprensa. Então, não são os parceiros da FIFA que estão nessas conferências.

Nos estádios da Copa do Mundo, a marca FIFA é garantida. Não podem, portanto, divulgar a própria marca. Isso é algo acordado com as equipes e não causa nenhum problema. As regulações da Copa do Mundo de 2014 são discutidas com as maiores federações de futebol em termos de Copa do Mundo.

Em 2010, nós nos sentamos com 20, 30 federações nacionais para ver quais problemas encontraram e quais reclamações tiveram relativamente à organização. Essas são coisas que acrescentamos para 2014 e foram aprovadas pelas equipes nacionais e pelo Comitê Executivo.

Quanto à distribuição de bilhetes para pessoas deficientes, discutimos não apenas com o Brasil. Temos um acordo com a federação mundial dos deficientes para que eles também tenham acesso ao estádio.

Valor de estádio. A FIFA pede estádios em função do número de assentos, para que possam receber diferentes jogos. Um estádio com 45 mil lugares recebe jogo de meio; um estádio com 90 mil recebe uma final. A FIFA não pede que seja colocado um arco com teleférico, como foi feito na África do Sul. São decisões arquitetônicas feitas pela cidade ou pelo proprietário privado do estádio. Não houve pedido da FIFA.

Nós pedimos um estádio que tenha um número específico de assentos, que tenha espaço suficiente para as nossas necessidades, relacionadas às mídias, aos VIPs, aos oficiais. Pedimos coisas muito particulares com relação aos árbitros. Queremos acessos de segurança, distância entre os assentos. Pedimos que não haja tela de proteção. Nós fazemos pedidos técnicos.

Podem fazer um estádio de 100 milhões ou de 1 bilhão. Podem fazer um estádio com um teto excepcional, que seja uma obra de arte, como foi o caso, por exemplo, do estádio de Joanesburgo, do estádio de Durban, na África do Sul. A



FIFA não estabelece um valor mínimo. A FIFA faz pedido em relação aos lugares. Portanto, não há número médio de valores.

Com relação aos tribunais especiais, nós nunca pedimos tribunais especiais. Foi a África do Sul que decidiu implantar os tribunais especiais, porque o sistema jurídico sul-africano estava tão enforcado que não tinha capacidade de tomar decisões com relação aos problemas em que devíamos tomar decisões imediatas. Se tivéssemos problemas, como aconteceu com relação à contratação de *marketing*, nós não poderíamos esperar o final da competição. Ou seja, se uma marca sabe, ela começará no início da competição e irá até o final da competição; no final da competição eles dirão: "Vamos processá-los". Ou seja, a África do Sul tomou essa decisão. Nós não pedimos ao Ministério da Justiça que tomasse uma decisão, ao Ministério brasileiro. O que pedimos é que reaja o quanto antes para tomar decisões.

Uma lei subjetiva, mal redigida? É um elogio muito bom, mas foi redigida de acordo com as diferentes partes brasileiras implicadas na negociação que temos. Desde 2007 o Brasil comprometeu-se a dar garantias à FIFA. Esse compromisso foi dado até 2009. Em 2009 nada aconteceu. Nós aumentamos o prazo, que terminou em abril de 2011, com o texto negociado com as diferentes partes, um texto que foi, mais uma vez, negociado. Esse texto foi aprovado pelas autoridades brasileiras, não foi um texto que saiu dos escritórios jurídicos.

É lógico que, levando em conta todas as discussões, é uma opinião pessoal da parte dos senhores a de que ele é subjetivo e mal redigido, mas, em nenhum caso, não vou assumir isso como comentário de que é responsabilidade da FIFA. Esse texto foi feito em conjunto com o Brasil, e naquele momento foi o melhor implantar essas operações no Brasil.

Eu posso ser visto como arrogante, mas eu sou o responsável, no seio da FIFA, por implantar essa Copa do Mundo. Eu sou o que tem o compromisso de dizer que as coisas funcionam ou não funcionam. É verdade que não é a melhor posição, é verdade que não é o melhor papel o de ser o mau e o desagradável, mas essa Copa do Mundo é uma Copa do Mundo brasileira. Ninguém se lembrará e ninguém vai dizer que foi a FIFA que a fez. Todo mundo dirá que foi o Brasil que fez. O grande sucesso da África do Sul ninguém diz que foi um sucesso da FIFA. Ninguém diz que foi graças à FIFA que essa Copa do Mundo foi um sucesso. Ninguém diz



que trabalhamos na África do Sul para que fosse um sucesso. Sempre disseram que foi uma Copa do Mundo sul-africana, na África, e vai acontecer da mesma forma no Brasil. Mas não podemos fazer um sem o outro, mesmo que a minha atitude pareça desagradável, talvez até seja chamado de arrogante. Mas eu não acredito que seja arrogante se eu não tenho, necessariamente, uma proposta mais calma. Eu não posso dizer que tudo está correto quando não está correto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Acho que faltou, Sr. Jérôme, a questão das bebidas.

O SR. JÉRÔME VALCKE (*Exposição em francês. Tradução simultânea.*) - A empresa de que falamos é a empresa brasileira. É uma empresa brasileira. A Budweiser foi comprada pela maior companhia brasileira de cerveja. Mais uma vez, vender álcool nos estádios é uma limitação. É verdade que limitar o álcool reduz muito a violência, mas na África do Sul e na Alemanha a venda de cerveja em condições controladas nunca provocou nenhum tipo de problema ou guerra em nenhum estádio da Copa do Mundo, mesmo quando houve um jogo como, por exemplo, Brasil e Argentina, ou um jogo como Holanda e Alemanha, ou França e algum outro.

Temos esse acordo. Temos esse acordo seja com o nosso parceiro Budweiser, seja com os diferentes organizadores, de que pode haver uma venda de álcool controlada no estádio. Quer dizer que controlamos em nível de como ela é distribuída; ou seja, não pode ser distribuída em garrafas, mas sim em copos de plástico, para que não se possa utilizar como arma contra os jogadores ou contra a torcida. Mas na Rússia, onde há uma lei, uma legislação em que há um combate contra o álcool que é muito mais violento do que no Brasil, ou no Catar, em que não há lei, mas há uma cultura e uma religião que proíbem a venda de álcool, foi considerado, mais uma vez, que a Copa do Mundo era um evento particular e que excepcionalmente nesse caso o álcool seria vendido dentro do estádio.

Eu não vou assumir nenhum compromisso de que o álcool não será vendido, mas faz parte de nossos pedidos de agora. E devemos encontrar um acordo, porque isso aconteceu agora e vai acontecer em outras Copas do Mundo, foi acordado, e são compromissos que foram assumidos pelo Brasil na época em que essa Copa do



Mundo foi entregue ao Brasil. É a forma como a FIFA trabalha durante os anos. A FIFA não está aqui para embebedar as pessoas, mas não temos... Eu vou passar todos os documentos e todas as informações, mas os senhores terão dificuldade de me provar que durante a Copa do Mundo o álcool causou alguma forma de detrimento no país ou para a Copa do Mundo. Eu sei que é uma resposta que não os satisfaz, mas é a que eu posso dar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - São bons os esclarecimentos, Sr. Jérôme. É importante que possa realmente passar essas informações acerca da venda das bebidas alcoólicas nos estádios.

Encerramos o primeiro bloco de oradores. Passaremos agora ao segundo, iniciando com o Deputado José Guimarães. Depois vamos ouvir os Deputados Rubens Bueno, André Figueiredo, Cesar Colnago e Rodrigo Maia, concluindo o segundo bloco de interpelações.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, pela ordem, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Parece-me que o Deputado Zé Rocha também formulou uma indagação ao Presidente Teixeira, e eu fiz uma ponderação em relação à questão do legado para os clubes, de a Copa do Mundo ter essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - O.k., Deputado Otavio.

Passo a palavra ao Presidente Ricardo Teixeira para que possa responder a esse questionamento com relação ao legado aos clubes de futebol brasileiros.

O SR. RICARDO TEIXEIRA - Na realidade, Deputado, pelo que eu entendi, o senhor perguntou se se deveria de alguma forma aproveitar para colocar nessa lei alguma coisa que beneficiasse os clubes, em termos de algumas dificuldades que alguns clubes têm.

O senhor lembra que estive conosco no Rio de Janeiro, na reunião da Comissão de Esportes com o Comitê Organizador, e eu reafirmo o que lhe disse à época: eu acredito que tem de ser feito um estudo grande com relação aos clubes brasileiros, principalmente da dívida que todos os clubes brasileiros têm com relação a impostos, principalmente com relação a problemas trabalhistas. O senhor lembra



que eu lhe disse que a maioria dos clubes tinham debitado automaticamente das suas contas correntes quase todos os valores. Há clubes que não conseguem nem movimentar a conta corrente.

A proposta que eu lhe dei na época não é de maneira nenhuma a de que haja uma benemerência para os clubes; é de que simplesmente seja factível que eles paguem. Por exemplo, em alguns Estados do Brasil, mais especificamente em Pernambuco, por exemplo, há um acordo com a Justiça do Trabalho para que nos casos trabalhistas e, enfim, nesses tipos de penhora que são feitas *on line* no máximo possa-se atingir 20% do total da renda que os clubes têm, porque, se houver esse tipo de penhora *on-line* em que se debita da conta do clube um total de uma dívida trabalhista, em muitos clubes cria-se um problema para a frente, porque eles ficam bloqueados e não conseguem pagar os seus funcionários. Então, cria-se um novo problema jurídico, uma nova dívida.

Então, com relação a isso, acho que tem de ser feito um estudo, talvez não nesse projeto, dentro do projeto da Copa, mas acho de tem de haver um estudo grande com relação a esse assunto, volto a dizer, sem nenhuma conotação de benemerência. É simplesmente para propiciar que os clubes brasileiros possam pagar essas dívidas fiscais que eles têm, com relação a ex-funcionários, com relação a imposto de renda, e que inviabilizam muitos clubes. O senhor tem aqui a presença de alguns Presidentes de Clube que podem confirmar-lhe isso. Então, foi isso que eu lhe disse, e é essa a minha opinião sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Atendido, Deputado Otavio?

Agora, dando continuidade à lista de oradores, passo a palavra ao Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depois do Deputado José Guimarães, que vai falar na ordem, em nome da Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - V.Exa. gostaria de falar como Líder?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu gostaria de falar como Líder.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem também. Nós estamos aqui desde as 10 horas da manhã, e eu poderia também pedir a palavra na condição de Líder. Mas eu peço compreensão. Com exceção do Deputado José Guimarães, que está representando o Governo, se cada Líder chegar aqui e falar no momento em que bem quiser, nós que estamos acompanhando a audiência há algum tempo não vamos ter condições de fazer as indagações. Eu peço então a anuência dos demais colegas no sentido de que respeitem a lista de inscrição, por mais regimental que seja o pedido de falar como Líder. Eu também teria esse direito, como Líder do PDT, mas não o uso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado André Figueiredo, gostaria de dizer a V.Exa. que os Líderes têm prerrogativa regimental para fazer a sua interpelação, a sua fala, na hora em que chegarem à Comissão. Entretanto, V.Exa. está correto com relação aos Vice-Líderes. Os Vice-Líderes só podem falar na Comissão Especial se previamente enviarem um ofício assinado pelo Líder ao Presidente da Casa, fato que não ocorreu até agora. Portanto, à exceção dos Líderes, se estiverem aqui, e do Deputado José Guimarães, que vai falar agora, nós vamos seguir a lista de oradores inscritos. Peço compreensão ao Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria entender isso melhor. É regimental?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Ivan, na reunião anterior, da qual V.Exa. não participou, nós tivemos uma discussão, inclusive com o Deputado Rubens Bueno, que é Vice-Líder do Bloco PV/PPS, e nós fizemos um questionamento à Casa. Somente por meio de comunicado escrito feito previamente à Presidência da Casa, e não à Presidência da Comissão, por se tratar de Comissão Especial, os Vice-Líderes poderiam usar a palavra pela Liderança. Portanto, quero comunicar isso a V.Exa., pedir a sua compreensão e dizer que V.Exa. estará inscrito, e nós o mais brevemente possível trabalharemos para ouvir todos os Deputados na presença do Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Presidente, Presidente, só para deixar claro: na verdade, como o Deputado José Guimarães chegou cedo e fez a inscrição,



eu acho que nós devemos ouvi-lo. Agora, em tese, ele também não tem o direito, e eu também, como Vice-Líder, não tenho, pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Exatamente. V.Exa. está correto, Deputado Rodrigo.

Passo a palavra ao Deputado José Guimarães, dando sequência à lista de oradores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, se bem que — ouviu, Deputado Rodrigo Maia? — desde o começo eu informei que estava representando aqui o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado José, vamos iniciar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Tudo bem. O.k.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Foi exatamente o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Muito obrigado, Deputado Rodrigo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobre Relator, Presidente da CBF Ricardo Teixeira, Secretário-Geral da FIFA Sr. Jérôme Valcke, eu penso que esta audiência pública tem uma importância muito grande. E a primeira questão que é importante destacar é o fato de que ela serve, ela está servindo sobretudo para desfazer ou desconstituir um certo ambiente de polarização entre o Congresso, o Governo brasileiro e a FIFA.

Eu tive o cuidado de ouvir atentamente as palavras do Secretário-Geral da FIFA e percebi a compreensão que o Secretário-Geral está tendo sobre a legislação brasileira e a abertura que está dando para que o nobre Relator possa produzir um relatório que preserve a legislação brasileira, mas que dê conta dos compromissos — é a primeira questão que vou ressaltar — que o Brasil assumiu, aliás, como todas as nações que disputaram o direito de sediar a Copa do Mundo assumiram, no momento em que o Brasil foi vencedor naquela acirrada disputa que nós tivemos, o Governo brasileiro atuando para que nós sediássemos a Copa do Mundo e a Copa das Confederações, enfim. Então, o que é que cabe a nós do Governo brasileiro? É cumprir esses compromissos, Secretário-Geral, adaptá-los à legislação brasileira.

E quando V.Sa. levanta, como já foi levantada aqui por alguns Deputados, a questão, vamos dizer assim, do Bloco 4, dos ingressos, eu acho, Relator, que nós



temos aí uma saída para resolver os problemas da questão da meia-entrada, da questão do Estatuto do Idoso — que é muito importante, muito importante — e a questão das comunidades tradicionais, outra variável que ontem eu tive a oportunidade de ouvir do Ministro do Esporte que é importante.

Eu acho que nós demos um passo importante para consolidarmos e produzirmos um bom relatório, que dê conta de todos os problemas que permearam a conquista do Brasil e que fazem parte da legislação brasileira. Por parte do Governo brasileiro, Secretário, não há nenhum interesse de criar qualquer obstáculo para que a Copa não seja a melhor, a mais organizada, e o Brasil seja campeão pela sexta vez. Nós faremos tudo para que o Brasil possa sediar e realizar uma grande Copa do Mundo, principalmente o Ceará, em que, como vez ou outra comentam, as obras do Estádio Castelão e as obras de mobilidade urbana já estão bastante avançadas. O nosso Castelão é um dos que estão mais avançados para receber a nossa seleção brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Queira concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Estou concluindo.

A segunda questão: para o Governo brasileiro é fundamental, neste momento, Secretário, fazer com que as obras de mobilidade urbana e as obras dos estádios possam estar à altura do tamanho desse mundial, e o Governo está esforçando-se para isso. Portanto, nós deveremos, aqui nesta Comissão, buscar sempre o consenso no dissenso, produzir o consenso com as observações que foram feitas já por vários Deputados e desconstituir essa ideia de que o antagonismo vai impedir que o Congresso produza um bom relatório, por mais divergentes que sejam as ideias.

Mas, Relator, nesta audiência pública — eu falo aqui pelo Governo —, nós temos boas condições de buscarmos saídas para as questões que foram levantada aqui já em três audiências. Quais são as questões centrais para o Congresso? A questão da meia-entrada, a questão da Estatuto do Idoso, essas questões que o próprio Secretário-Geral levantou. Sobre a questão das bebidas alcóolicas, essa é uma outra discussão. Eu acho que não é uma questão tão forte para nós como as questões anteriormente levantadas. Aí, eu digo: a questão do direito comercial, a questão da pirataria, como é que vão ser trabalhadas?



Nós deveríamos debruçar-nos — e termino, Sr. Presidente — na questão que é: à luz da legislação brasileira, como produzir no relatório que dê conta dos compromissos que o Brasil assumiu e preserve essas questões, esses direitos de parte da sociedade brasileira, que são direitos conquistados? E nós vamos saber buscar uma solução para que todos ganhem.

Com essa Copa do Mundo, ontem estávamos discutindo com o Ministro Aldo Rebelo, nós vamos ter até 2017 tudo que um país gostaria de ter; então, o Brasil não pode vacilar. Não podemos criar obstáculos para que esses eventos possam obter o sucesso esperado e desejado. Por isso é que eu acho que esta audiência, Presidente Ricardo Teixeira e Secretário-Geral da FIFA, é muito importante, sobretudo pela clareza com que o Secretário-Geral da FIFA expôs aqui.

Há ambiente para produzir um relatório de consenso, aqui nesta Comissão, que sirva ao Brasil e que sirva, sobretudo, ao mundial de 2014.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Muito obrigado, Deputado José Guimarães.

Passo de imediato a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

Ausente S.Exa., passo a palavra ao Deputado André Figueiredo, pelo prazo de 3 minutos, para que possa fazer suas interpelações.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FIGUEIREDO - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Jérôme Valcke, Sr. Ricardo Teixeira, eu tinha algumas perguntas; evidentemente, o tempo não permite que nós façamos maiores considerações. Mas, antes de mais nada, quero também agradecer ao Secretário-Geral a presença, e também ao Presidente Ricardo Teixeira e à sua comitiva. Isso demonstra claramente a intenção da FIFA e da CBF de dialogar com o Parlamento brasileiro, apesar de que, não sei se foi por culpa do tradutor, mas a última frase do Sr. Jérôme deixou um pouco de dúvida em relação ao que ele quis dizer: ou fazemos a Copa de mãos dadas ou não faremos mais. Creio que deve ter sido alguma interpretação equivocada, porque as próprias palavras do Sr. Jérôme já desmistificaram essa tese.

Mas eu queria tecer duas considerações, uma dirigida à FIFA. Aqui, na Lei Geral proposta e dialogada em conjunto com o Governo brasileiro, a União é



responsável por tudo. A União é responsável por quaisquer incidentes que venham a acontecer na época dos eventos, e a FIFA não é responsável por nada.

Nós sabemos que existem seleções que têm torcidas extremamente violentas e encaram o Brasil como um país onde se pode tudo. Temos todo tipo, toda categoria de turistas. Infelizmente, no nosso País, alguns turistas na verdade não são verdadeiramente turistas, mas pessoas que vêm em busca de exploração sexual, em busca de várias outras ações que não pratica um turista de boa intenção. Então, eu gostaria de saber como a FIFA poderia tornar corresponsáveis por pessoas de outras nacionalidades, que venham de repente a depredar patrimônios públicos, que estão sendo construídos à custa de recursos públicos brasileiros, por conta não da segurança do evento, mas de uma ação às vezes organizada ou mal-intencionada de torcidas notoriamente conhecidas como violentas, como a FIFA pode corresponsabilizar essas outras seleções, e assim evitar que o dano recaia apenas sobre o dinheiro que foi investido no Brasil.

E a segunda pergunta seria dirigida ao Dr. Ricardo Teixeira. Nós estamos com 12 sedes da Copa do Mundo; em todas elas estão sendo construídos estádios. Basicamente, esse legado é muito restrito, mais vocacional, do futebol. As obras de mobilidade, não se discute, servem para o resto da vida. Mas, dessas 12 cidades, se nós pegarmos sete, sete cidades têm apenas dois clubes na Série A do futebol brasileiro, mesmo assim constantemente ameaçados de rebaixamento.

Se depois de 2014 nós teremos em Manaus, Cuiabá, Natal, Recife, Brasília, como elefantes brancos esses estádios, não caberia à CBF, Dr. Ricardo, repensar o modelo, que hoje redistribui recursos direcionados à televisão de uma forma extremamente injusta, onde equipes recebem R\$ 40 milhões, R\$ 50 milhões, e outras recebem R\$ 1 milhão, nunca diminuindo o gueto que existe, principalmente entre os clubes do Sul e do Sudeste e os clubes do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste?

Nós teremos, e a CBF é meritória nesse aspecto, uma Copa altamente democrática, em termos de distribuição regional. Caberia também discutir se no pós-Copa não daria para a CBF repensar o modelo, e assim nós democratizarmos um pouco mais as competições nacionais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço ao Deputado André, como sempre fiel ao tempo.

Passo de imediato a palavra ao Deputado Cesar Colnago, depois ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Sr. Presidente Renan, quero cumprimentar todos da Mesa na figura do representante da FIFA.

Vamos diretamente às perguntas. Primeiro, aqui ninguém é contra a Copa, e esta Casa tem o direito e o dever de discutir melhor algumas questões. Vou dirigir-me especificamente ao Secretário-Geral: o art. 11 estabelece que a FIFA, pessoa jurídica de direito privado, tem exclusividade para divulgar as suas marcas, realizar propaganda de produtos e serviços, bem como atividades promocionais ou de comércio de rua nos locais oficiais de competição, nas suas imediações e principais vias de acesso. Nesse caso ainda, os limites dessa área de exclusividade serão definidos por autoridade brasileira a partir de requerimento da FIFA ou de pessoas por ela autorizadas.

A pergunta que vem é: o comércio em torno do que for definido, estabelecido, que venda, por exemplo, uma cerveja que não seja a cerveja oficial, ou determinados produtos de restaurantes, ou bares do entorno, eles terão de fechar? Porque nós temos notícia de que na África do Sul alguns comércios, como restaurante e bares, foram fechados. Nesses locais, a pergunta é, e quero que traduza melhor quem fez a cooperação de Governo, FIFA e CBF: como é que vai dar-se o comércio estabelecido e inclusive o dos ambulantes, porque nós sabemos que vivemos num País de muita informalidade no emprego? Segundo, quem é que vai estabelecer esses limites? Que tipo de comércio poderá ser realizado, em função de toda a legislação brasileira?

A segunda pergunta é: o projeto de lei estabelece que a União responde por quaisquer danos que se causar, assumindo os efeitos de responsabilidade civil perante a FIFA por todo e qualquer dano em razão de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionados aos eventos da FIFA; afinal, na sua visão, Sr. Secretário, quais são as responsabilidades da FIFA, e que dano é esse? Que tipificação tem na história da FIFA para trazer tanta preocupação, para inscrever-se num projeto de lei em que me parece que ela responsabiliza muito, ela, a FIFA, que



é uma entidade privada, responsabiliza o Governo, e ela praticamente fica muito isenta, a não ser naquilo em que se caracterize que a FIFA teve algum envolvimento?

A outra é a questão da venda casada. O nosso Código de direito do Consumidor não permite a venda casada de produtos. E há a questão do arrependimento, do cancelamento. Quer dizer, a FIFA poderá determinar o valor a ser cobrado, tendo direito a definir critérios para cancelamento, devolução e reembolso de ingresso, assim como para locação e relocação, marcação e remarcação de assentos nos locais dos eventos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Queira concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Para concluir, a desobediência ao nosso Código do Consumidor dá-se ao se estabelecer a permissão para que as práticas abusivas tomem conta da relação de consumo, ao se permitir que, por exemplo, o consumidor não tenha o direito de se arrepender daquele compromisso que fez.

E por último, a última pergunta, Presidente Renan, é sobre a flexibilização. A flexibilização, pelas informações que eu tenho dos jornais, só foi conseguida na África do Sul porque havia dificuldade de levar turistas para lá, mas não foi assim na França, não foi nos Estados Unidos, não foi assim na Alemanha, não foi na Coreia e no Japão; por que flexibilizar essa legislação, tendo em vista que o Brasil, diferentemente, não precisa desse mecanismo para atrair turistas para essa Copa do Mundo?

Essas são as minhas perguntas, e agradeço a tolerância a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Obrigado, Deputado Cesar Colnago.

Passo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia, do Democratas do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, algumas perguntas que eu faria o Deputado que me antecedeu já fez, principalmente em relação à compra antecipada e à forma de resgate desses tíquetes.



Quanto à venda casada, em que pese o nosso Código do Consumidor proibir, eu não vejo como um problema. Às vezes é solução. Quantas compras se faz hoje pela Internet de produtos casados que são benéficos para o consumidor?

Eu vou reafirmar outras coisas que eu disse no final da outra audiência, Relator, porque poucos estavam presentes, mas acho que talvez, como o Deputado Otávio falou do legado, haja um legado muito mais importante de uma exigência que está sendo imposta pela FIFA com que eu concordo, porque é uma questão em que os clubes foram prejudicados por muitos anos, e continuam sendo: a questão da pirataria, exatamente da venda no entorno dos estádios de produtos piratas com marca dos clubes. Com isso aí, certamente já foi um prejuízo de, sei lá, milhões e milhões o que os clubes brasileiros tiveram. Então, de repente, é um bom exemplo de como o Governo brasileiro vai atuar durante a Copa, com essa recomendação da FIFA, com que eu concordo: quem pagou pelo evento, quem patrocina o evento tem direito a ter sua imagem, a sua marca, vinculada ao evento de forma exclusiva. Em qualquer evento é assim, não é?

Em relação à questão da bebida alcoólica, nós sabemos que certamente há uma relação com o aumento da violência, mas eu não vejo como, num evento exclusivo e especial como a Copa do Mundo, o Brasil não possa, nós aqui na Comissão não possamos discutir esse tema, apesar da polêmica que ele gera.

E única pergunta que eu faço ao Secretário-Geral da FIFA não tem a ver com a lei. Tem relação com o final da exposição dele, quando ele reclamou, fez críticas ao trânsito em São Paulo, especificamente. Talvez hoje infelizmente não seja exclusividade de São Paulo, como foi no passado, o aumento do número de carros nos centros urbanos brasileiros. O Rio de Janeiro, infelizmente, passa por problemas diários. E eu não vejo, pelo menos no caso do Rio, soluções para o trânsito para a Copa do Mundo. Eu gostaria até que o Secretário-Geral, apesar de isso não ter relação direta com a matéria, dissesse se de fato há essa preocupação.

Eu vejo que há com relação às Olimpíadas. Nos projetos que são apresentados, pela imprensa, em relação às Olimpíadas no Rio de Janeiro, sim, há uma preocupação com a questão do trânsito, não é? Inclusive no caderno de encargos há essa previsão. No caso da Copa do Mundo eu não vejo. E eu não vejo solução, principalmente com o aumento de veículos nos próximos anos, até 2014,



não vejo como essa questão possa estar melhor, principalmente nas grandes cidades. Em algumas menores talvez, mas nas grandes cidades não.

Eu gostaria que o Secretário-Geral pudesse, em relação ao trânsito, dizer de que forma a FIFA e o Governo brasileiro preveem essa questão do fluxo de turistas nas grandes cidades na época da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço ao Deputado Rodrigo Maia.

Passo a palavra ao último orador deste primeiro bloco, o Deputado Maurício Quintella Lessa, para suas considerações, para que o Secretário-Geral Jérôme responda aos questionamentos do segundo bloco de inscritos.

Com a palavra ao ilustre Deputado Maurício Quintella Lessa. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Obrigado, Presidente Renan Filho. Quero saudar o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, o Sr. Secretário-Geral da FIFA Jérôme Valcke, e dizer que é um prazer para os brasileiros e para o Congresso Nacional também aprender, com este congresso. E queria dizer que a realização da Copa do Mundo sem dúvida alguma é motivo de orgulho para o Brasil, é motivo de orgulho para todos os brasileiros, idosos, estudantes, crianças — eu digo isso pelo meu filho, que todo dia acompanha *pari passu* aqui a construção do estádio de Brasília. Ontem ele passou lá pela frente e disse: “Pai, só faltam 943 dias”, para o senhor ver o envolvimento do brasileiro com essa Copa do Mundo.

E vamos, sem dúvida alguma, em parceria com a FIFA, sim, Governo brasileiro, Congresso Nacional e FIFA, realizar a melhor Copa do Mundo já realizada até hoje, eu não tenho a menor dúvida. Agora, obviamente, nós estamos numa mesa de negociação. O senhor sabe, e nós da Comissão sabemos também, que o Presidente Lula, quando se comprometeu a realizar a Copa do Mundo, firmou compromissos, mas esses compromissos precisam, obviamente, ser sancionados, ser discutidos no Congresso Nacional. O Brasil é um país presidencialista, tem um Congresso bicameral, e quando se trata de legislação obviamente nós temos de sentar à mesa e discutir.

E essa Copa do Mundo, essa Lei Geral da Copa, de uma forma ou de outra, conflita com direitos que são muito caros ao povo brasileiro, que são muito caros e



de que de forma alguma, não tenha dúvidas, esse Congresso não abrirá mão, como também sei que há questões que são muito caras à FIFA, como, por exemplo, a proteção dos seus parceiros. Vocês têm de proteger seus parceiros, nós temos de proteger o direito do povo brasileiro.

E acho que nós já avançamos bastante quando a FIFA já se compromete em criar uma categoria diferenciada e popular para os ingressos. Precisamos apenas definir isso, ter clareza do que será isso, para depois o Congresso não ser cobrado: “Ora, aceitaram sem saber o que era?” De repente essa cota 4 está muito aquém do que nós esperamos.

Nós sabemos também que a questão do ingresso representa 1% do faturamento da Copa do Mundo. A Copa do Mundo, todos nós temos de ter esta compreensão, é feita para quem está em casa, para quem está assistindo. São 3 bilhões de pessoas que vão assistir a essa Copa pela televisão. É claro que todo o mundo que está no Brasil quer ir à Copa, mas ela é feita principalmente para quem está em casa.

Bom, quero aqui deixar o espaço aberto. Vamos discutir e, sem dúvida alguma, vamos achar o melhor caminho. As perguntas já foram feitas, grande parte delas. O que eu queria saber, e acho que é uma contribuição, é em relação à segurança. Nós vemos que a FIFA faz muitas exigências em relação a diversos temas, mas com a questão da segurança eu não vi grandes preocupações. Como é que a FIFA está trabalhando a questão da segurança nos aeroportos brasileiros?

Nesta semana nós lemos na *Veja* uma declaração que nos preocupou, de um diplomata americano que inclusive aponta o Brasil como possível rota do terrorismo, por conta justamente desses eventos — Copa, Olimpíadas —, já que o mundo hoje está muito complicado.

E também quero aproveitar para perguntar ao Secretário-Geral da FIFA e ao Presidente da Confederação como é que os senhores estão vendo a organização por parte do Governo brasileiro, até para que nós possamos, como Congressistas, acompanhar e cobrar, em relação à questão hoteleira, à mobilidade e fundamentalmente aos aeroportos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, para responder a esse bloco de questionamentos.

O SR. JÉRÔME VALCKE (*Exposição em francês. Tradução simultânea.*) - Eu vou falar da primeira e da última questão, em primeiro lugar, porque elas estão versando sobre a segurança. A primeira pergunta é sobre os fanáticos e sobre os torcedores que existem nas comunidades dos países, os que vêm e que muitas vezes são fanáticos, agressivos.

Bom, a FIFA trabalha com equipes nacionais que são qualificadas, com a Interpol, serviços de polícia de 31 países que estão qualificados, tendo em vista que a grande maioria dos países identificaram e cadastram o conjunto dessas pessoas que são consideradas torcedores violentos.

Existe um controle feito sistematicamente pela FIFA, principalmente, ou por outras confederações também, para estarem seguros quanto ao movimento de torcedores, ou pelo menos daqueles violentos. Os mais violentos são realmente fichados. Aqueles da Inglaterra, da Alemanha, da França, são pessoas que são fichadas, conhecidas pela Polícia, e que conseqüentemente são facilmente identificadas, e são proibidas de viajar. Mas é difícil elas saírem dos países onde residem.

Então, é um trabalho feito em acordo com a INTERPOL, que fez um acordo com o serviço de polícia de 31 países qualificados e um acordo também com os serviços de polícia do Brasil. Haverá também, como escutei ontem do Ministro do Esporte, pois estivemos na África do Sul, a necessidade de se criar uma entidade de coordenação de serviços de segurança no Brasil. Essa entidade vai reagrupar a Polícia Militar, vai reagrupar os serviços secretos — é o que chamamos de Inteligência —, o conjunto de Polícias da fronteira, ou seja, por terra e no mar, o conjunto de Polícias encarregadas do controle de segurança dos aeroportos e alfândegas. Vamos trabalhar juntos.

Mas o que gostaria de dizer aos senhores é que a segurança é um ponto da soberania dos países. Não perguntamos sobre isso; não está sob controle da FIFA. A segurança é um problema que o país deve tratar. Um dos primeiros temas e a primeira responsabilidade de um país ou de uma entidade nacional é garantir a



segurança das suas fronteiras e dos seus cidadãos. Por isso, a FIFA não tem diretamente uma demanda específica sobre a segurança. A FIFA pede o quê? Que o conjunto da Copa do Mundo seja assegurado, que seja garantida a segurança do conjunto dos participantes, dos jogadores. Então, eles têm zonas de segurança particulares, sistema de segurança em volta dos hotéis, em voltas dos estádios e dos lugares de treinamento. Eles têm segurança quando se deslocam, existe uma segurança específica para o conjunto das famílias, digamos, do futebol e da FIFA, mas a única responsabilidade de segurança para a FIFA é dentro do estádio. É da nossa responsabilidade implementar esse acesso, controlar os bilhetes e garantir que a segurança no estádio seja perfeita.

Saibam que na África do Sul nós tínhamos algumas empresas privadas que firmaram acordo com a Polícia africana, e uma ou duas das empresas não passaram no teste do acordo da Polícia africana. Duas empresas fizeram greve 4 horas antes dos jogos de abertura, e conseqüentemente, em acordo com o Ministro do Interior e o Chefe da Polícia, nós decidimos então que a Polícia se encarregaria da segurança e ficaria toda em volta do estádio. Esse foi um trabalho muito grande e importante de treinamento, porque o policial naturalmente não está acostumado a perguntar: "Onde está o meu assento?", mas ele é capaz de dizer: "Lamento, comprei um bilhete para entrar, mas não vou poder fazer isso porque vou ter de tomar conta". Eles foram treinados. Então, por conseqüência, a segurança foi garantida pelo Ministério de Segurança da África do Sul.

E, para responder a questão da segurança, essa é uma questão de Estado, do Brasil, com quem a FIFA vai trabalhar em acordo para assegurar as necessidades, mas ela não vai intervir nos problemas de segurança. Eu sei que receber um orçamento muito grande, como foi na África do Sul, contribui para a evolução da força da polícia nos países, principalmente durante a Copa do Mundo, e para os transportes.

Sim, eu disse; não foi uma crítica, eu disse que é um pesadelo viajar em São Paulo, e sei que no Rio é a mesma coisa. É a mesma com os Jogos Olímpicos. Mas o que pedimos e nós trabalhamos com diferentes cidades para assegurar foi que haja um meio de transportar as pessoas de forma mais fácil. Queremos que haja ônibus, uma linha especial, para que elas tenham acesso particular, como, por



exemplo, a linha olímpica, com cinco anéis, que é reservada para os carros durante todo o período olímpico. Essa seria uma das soluções. Mas outra solução seria aumentar também o transporte público e assegurar que as pessoas não utilizem seus carros privados, e sim os transportes públicos, implantando um sistema de pegar e deixar as pessoas da melhor forma possível. É o transporte público que deve ser implementado.

E da mesma forma como, acredito, já é feito no Brasil durante o período da Copa do Mundo, que as escolas sejam fechadas e os alunos entrem de férias, como foi feito na África do Sul, porque se ainda estiverem, além do mais, as escolas funcionando, o fluxo vai aumentar muito, e o tráfego também.

Compras de bilhetes antecipadamente? Por enquanto, os senhores ainda não podem comprar. A primeira compra será em 2013, pela Internet, como eu disse. Os bilhetes não são impressos. Os bilhetes são um *voucher*, que é um comprovante de que se comprou o bilhete. E como nós faremos na Rússia em 2018, que esse *voucher* permita entrar sem um visto. Ele seria o equivalente a um visto, o que foi a decisão do Ministro Putin, que foi excepcional, na Rússia. Lá não haverá necessidade de se ter um visto, uma vez que se comprou o ingresso para a Copa do Mundo.

Então, os ingressos antecipados são comprados pela Internet. O bilhete que é comprado não se precisa guardá-lo. E se não se puder utilizar, por diversas razões, haverá uma bolsa de troca, que fará a intermediação, que colocará o bilhete no sistema para que seja reembolsado, menos o valor da comissão, pelo fato da revenda, pois é um sistema eletrônico, mas se poderá repô-lo à venda e ele poderá ser comprado. E haverá um movimento de venda no último minuto, que vão ser vendas de última hora.

Nos outros assuntos, com relação às pequenas empresas, sim, nossos parceiros econômicos são protegidos; sim, nossos parceiros são os que, tendo pago, tendo investido, participando da organização da Copa do Mundo diretamente, têm uma prioridade sobre o conjunto das instalações que são consideradas instalações Copa do Mundo. A primeira parte é o estádio.

E também decidimos, e faz parte das negociações, que haverá um perímetro de segurança em volta dos estádios, um perímetro de valor duplo, o que quer dizer



que, quando chega com o bilhete uma pessoa que quer assistir ao jogo, não se restringe à porta do estádio o perímetro para se fazer uma ação; ele estende-se mais ou menos a 1 quilômetro do estádio, o que permite à Polícia tomar uma ação para assegurar a segurança em torno do estádio.

Não vendemos bilhete no estádio. Não haverá venda de bilhetes no estádio, a não ser que façamos acordos específicos, mas não nesse perímetro de segurança fora do estádio. Ninguém poderá entrar no estádio para comprar bilhete, porque é muito perigoso. Normalmente as pessoas que não têm acesso ao jogo não poderão comprar.

Não poderá haver marcas internacionais comerciais que venham, mas, para falar claramente, não é o pequeno negócio, não são pequenos negócios, não são aqueles que vendem frutas em torno do estádio. Nós não estamos falando disso. Sabemos que a Copa do Mundo é uma fonte de dinheiro que entra, mas teremos um fluxo de pessoas, muito grande, que vão passar e vão comprar desses ambulantes. Ou seja, a pessoa que vende água, que vende amendoim, ou qualquer coisa do tipo, não impediremos, não prenderemos essas pessoas e não as impediremos de trabalhar; mas, por exemplo, se for uma marca de cerveja, organizada, com uma cor diferente, aí, sim, prenderemos, porque se trata de uma forma organizada, premeditada, de uma empresa, e aí, sim, não permitiremos.

A mesma coisa nos hotéis. Não poderemos fazer promoção de marcas que são contra a FIFA; apenas, no local específico, daquelas marcas que estão de acordo com as equipes, e que acompanham essas equipes ao longo dos anos; aí sim, isso será aceito pela FIFA.

Mas eu gostaria de confirmar que a FIFA não está aí para impedir os outros de trabalhar; a FIFA está aí para proteger os seus parceiros. Os pequenos sempre terão oportunidade de aproveitar. Nós impediremos e vamos combater os grandes. Mas não é apenas a FIFA. E as pessoas da FIFA que estão encarregadas disso são as pessoas do serviço jurídico dos que gastam milhões de dólares para defender as suas marcas, o conjunto de suas marcas. E trabalharemos em colaboração com a Polícia em torno dos estádios, todos os dias dos jogos, para verificar o que acontece e assegurar que não haja venda no mercado negro de ingressos, que ninguém compre esses bilhetes de cambistas, seja um jovem, seja uma pessoa mais velha



que os venda, como notamos na África do Sul, onde em torno das 6 horas da manhã percebemos que 600 mil bilhetes foram vendidos por diferentes empresas ilegais, que os venderam por 3, 4 vezes o valor inicial. Contra isso nós vamos trabalhar com serviços de polícia, para impedir esse tipo de comportamento.

Os restaurantes nos estádios não existem? Não são construídos? Mas os estádios devem ser livres de qualquer marca. No interior do estádio não pode haver nada, inclusive a estrutura de venda de bebidas, de comidas. Do estádio deve ser dada à FIFA a utilização livre durante a Copa do Mundo. Por exemplo: há alguns estádios em que há parceiros indicados em todos os cantos, mas têm que ser limpos durante a competição. A estrutura do estádio deve ser reservada para a FIFA durante 30 dias, inclusive as marcas que têm acesso a esses estádios. Mesmo depois da Copa do Mundo, devem entregar esses estádios à FIFA... para a hospitalidade é que são alocados durante a Copa do Mundo. O conjunto dessas estruturas volta para a FIFA, e a comercialização é feita pela FIFA.

Entendemos que há um número de problemas, um número de pessoas privadas que têm locais, que têm sede. E trabalharemos com essas pessoas e com a CBF, a quem pedimos uma lista de todos os estádios e dos proprietários desses locais, para saber como poderíamos acomodar essa situação e evitar que criem um problema.

Acredito que respondi a tudo.

E uma informação: a FIFA contratou, desde a Copa do Mundo de 2010, o antigo Secretário-Geral da Interpol, que é atual Secretário de Segurança da FIFA. E assinamos com a Interpol um acordo em que a FIFA financia, no valor de 20 milhões de euros, um programa de proteção dos jogos, assim como de proteção dos nossos juízes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Gostaria de passar a palavra ao Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, para que pudesse responder ao questionamento do Deputado André Figueiredo.

Quero registrar a presença do Senador Aécio Neves, que está prestigiando esta Comissão. Anteriormente, contamos com a presença do Senador Zezé Perrella, que também é Presidente do Cruzeiro.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Ex-Presidente do Cruzeiro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - *(Risos.)* Nesse time do Cruzeiro que está lutando para não cair.

Passo a palavra ao Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, para responder ao questionamento do Deputado André Figueiredo.

O SR. RICARDO TEIXEIRA - Deputado, antes de mais nada, eu quero agradecer pela oportunidade da sua pergunta, porque ela vai me dar a oportunidade de esclarecer algo que tem sido batido pelo Brasil todo, e a CBF tem pago por algo que não é dela.

Eu gostaria de esclarecer que a CBF não tem nenhuma participação no contrato que é assinado, do campeonato nacional, com os clubes da primeira divisão.

Está aqui o Presidente do Corinthians, que sabe disso perfeitamente.

Todo contrato de televisionamento do campeonato nacional é assinado individualmente, por cada um dos clubes, sendo que a CBF não tem nenhuma participação nos recursos oriundos do televisionamento. Quem escolhe a televisão, quem define os valores, quem divide os valores do campeonato nacional e do televisionamento são, exclusivamente, os clubes, sem nenhuma interferência da CBF. De forma que eu não posso interferir na distribuição dos resultados porque são os clubes entre si que definem quanto cada um vai ter de participação no direito de televisionamento. A CBF não tem nenhum poder para interferir, volto a dizer, nem na assinatura do contrato, nem na divisão do contrato. Nem participação percentual ela tem, em nada que se refira ao televisionamento do campeonato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Gostaria de registrar a presença do Presidente da União Nacional dos Estudantes, Sr. Daniel Iliescu, que tem participado da discussão, junto a esta Comissão, que tem buscado a garantia dos direitos dos estudantes brasileiros.



Como discutimos anteriormente, a FIFA tem-se colocado sempre à disposição da discussão, e estamos chegando a um bom entendimento no sentido de resguardar o direito à meia entrada aos nossos estudantes.

Vamos iniciar agora o terceiro bloco de inscritos.

Informo ao Plenário que o Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, e o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, vão ter de se retirar logo mais.

O encerramento da reunião estava previsto para o meio-dia, mas vamos prorrogá-la até as 13 horas.

Acho que será possível ouvir o Deputado Romário, o Deputado Wilson Filho...

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Presidente, quero fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Só um minuto, Deputado Afonso. Vou concluir e passar a palavra, pela ordem, a V.Exa.

O Secretário-Geral da FIFA vai pegar um avião para retornar à Europa ainda hoje. Portanto, temos uma agenda extensa a cumprir. Mas quero dizer aos Deputados que podemos continuar a discussão, se esta Comissão desejar.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra, pela ordem, ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Gostaria de fazer uma sugestão.

Estamos nos preparando, fazemos parte desta Comissão, mas precisamos debater. Sei dos compromissos. Então, a minha sugestão é esta: de dividir o tempo entre os inscritos — aliás, eu estou inscrito — porque, na verdade, há pontos importantes que precisam ser respondidos pelos dois líderes, o Presidente da CBF e o Secretário-Geral da FIFA. Caso contrário, corremos o risco de comprometer o nosso posicionamento, tendo em vista que são indagações que servem para que avancemos em relação à nossa Lei Geral da Copa. É minha atribuição como Parlamentar. Não há condições, com a retirada dos convidados... Ficará esvaziado o nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Sem dúvida. Concordo com V.Exa. Entretanto, estou concedendo apenas 3 minutos a cada Deputado. Portanto, é um tempo exíguo. Se o Plenário da Comissão admitir que reduzamos para 2 minutos, assim o farei. Mesmo assim, acredito... Temos uma relação...



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Há quantos inscritos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Trinta.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Não, que faltam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Trinta inscritos. O Deputado Alceu será o oitavo.

Portanto, mesmo que façamos...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Anthony Garotinho.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Ao abrir os trabalhos, V.Exa. comunicou que o Sr. Jérôme Valcke, antes de retornar à Europa, e o Sr. Ricardo Teixeira vão saborear uma deliciosa recepção, oferecida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não, não. Essas palavras são de V.Exa. *(Risos.)*

Eles vão a um almoço na residência oficial do Presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Suponho que na residência oficial do Presidente da Câmara se coma bem. Nunca estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Ah! Sim. Deve-se comer bem.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Então, por que eles não abrem mão do almoço e ficam um pouquinho mais aqui para responder?

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, eu estou inscrito, e almoço não é questão de ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Anthony Garotinho, vamos dar sequência à lista de oradores. V.Exa. usará a palavra depois do Deputado Alceu e poderá fazer esses comentários.

Com a palavra o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Sr. Presidente, pela ordem. Só queria saber qual é a minha colocação.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, quero saudá-lo pela brilhante reunião. Saúdo também o Sr. Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e o Sr.



Jérôme Valcke, Secretário-Geral da FIFA, cuja fala importantíssima contribui para que possamos fazer esse diálogo de mediação e procurar elos de convergência, de tal forma que o evento Copa do Mundo aconteça no Brasil da melhor maneira possível.

Neste ponto, quero estabelecer com clareza que, embora um esteja dentro do outro, são dois eventos distintos. Um é o maior evento esportivo do mundo, chamado Copa do Mundo, com todos os envolvimento que possa ter. E não me parece que a questão comercial seja a mais importante de todas. Na verdade, a Copa do Mundo tem outros fatores determinantes, tão ou mais importantes do que este.

Nesse particular, quero fazer uma solicitação a esta Comissão, que, após a retirada dos senhores, terá muito a discutir, a partir dessas informações e da Lei Geral da Copa, pelas incompatibilidades do que foi dito aqui. Um dos fatores mais importantes para o debate nacional, para as pautas sociais, é a questão da drogadição, que dizima famílias — talvez muito mais do que as armas. E gostaria de ver esse assunto incluído entre os temas sociais.

O esporte é certamente uma vitrine fantástica para o Brasil e para o mundo e serve para o combate ao uso da drogadição, que, no caso do Brasil e de grande parte dos países, dizima famílias. Nós podemos trabalhar esse exemplo de saúde, pelo desfile fundamental que haverá e pela exposição da mídia.

Para concluir, quero trabalhar especificamente o art. 11. Tenho uma preocupação, meu ilustre Secretário. Como um ponto comercial estabelecido no estádio, que não tem culpa de a Copa acontecer ali, que paga seus tributos e ali está há muito tempo, pode se servir de uma intervenção da Copa do Mundo, que diz o seguinte: *“Olha, as marcas que tradicionalmente o senhor comercializa aqui não poderão ser mais comercializadas durante a Copa”*? Como será essa intervenção? Haverá um valor indenizatório de lucro cessante? Nós vamos, na verdade, tomar o ponto comercial do cidadão e obrigá-lo a fechar? Como vai acontecer esse processo?

Esse processo de cerceamento não poderá ser feito de maneira policialesca ou impositiva. Devemos manter um diálogo de mediação capaz de dar a essas pessoas o direito que têm, adquirido muito antes, e apesar da Copa.



Era esse o meu questionamento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Obrigado, Deputado Alceu.

Passo a palavra de imediato ao Deputado Deley. S.Exa. dispõe de 3 minutos para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO DELEY - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero agradecer a presença ao Sr. Jérôme Valcke e ao Dr. Ricardo Teixeira e cumprimentar todos os amigos que integram a Mesa.

Vou tentar ser rápido. Obviamente, eu “perdi o bonde” da discussão sobre esse tema social. E o Sr. Valcke falou de uma questão que é muito olhada pela FIFA. Eu gostaria que fosse incluída a questão da fome no mundo.

Relator Vicente Candido, há pouco tempo eu li uma matéria segundo a qual, na África, há previsão de que morram 750 mil pessoas neste ano. Eu não lembro muito bem em qual país da África.

E este evento é um evento globalizado. Eu acho que o Brasil poderia também chamar a atenção para um tema que tenho como muito importante.

Segundo ponto, Dr. Valcke: acho que cada Copa do Mundo é um aprendizado. Mais uma vez ficou demonstrada a maneira como o Executivo olha esta Casa. A Copa do Mundo seria definida aqui. O Presidente Lula foi lá e deu todas as garantias relativas a este evento, sem sequer fazer o mínimo de consulta a esta Casa. E agora nós somos obrigados, a toque de caixa, a achar um caminho para atender às exigências da FIFA.

Então, Sr. Valcke, acho que fica o aprendizado, para que se procure, nos países em que o Estado de Direito Democrático está estabelecido, ouvir antecipadamente os outros Poderes também.

O Dr. Ricardo Teixeira disse, se não estou errado, que a arrecadação tributária vai chegar a 20 bilhões, para o Brasil. Eu queria a confirmação, se entendi certo: o Brasil poderia arrecadar, ou vai arrecadar, ou tem uma expectativa de arrecadação de impostos de 20 bilhões?

Queria perguntar ao Dr. Valcke se, além daqueles ingressos do grupo 4, que vão ter preços populares, teremos acesso a outros ingressos, caso o Governo Federal resolva subsidiá-los, até para oferecê-los a uma parte maior da população brasileira, já que sabemos da dificuldade econômica e financeira do nosso País.



Entendo que o que interessa à FIFA são os resultados financeiros. E o Governo Federal tem gasto dinheiro com tanta coisa. Acho que seria perfeitamente admissível que liberasse recursos para subsidiar outros tipos de ingressos.

Em cima da pergunta, queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Conclua, Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Para corroborar o que disse o orador que me antecedeu, pergunto como vai ser feito esse controle. Parece-me que são 2 quilômetros de interferência das questões e dos produtos da FIFA.

Esta semana, eu tive oportunidade de ir ao Beira-Rio e ao Maracanã — parece-me que o Fonte Nova também é muito centralizado. Enfim, nós temos, num raio de 2 quilômetros, comércios estabelecidos. Então, como vamos fazer o controle em relação a isso?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - O próximo orador é o Deputado Anthony Garotinho. Depois falarão os Deputados André Moura, Ivan Valente, Acelino Popó e Romário, encerrando o bloco.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar as autoridades aqui presentes.

Vou ser bem objetivo nas minhas perguntas. Primeiro, vou perguntar ao Sr. Jérôme Valcke se ele conhece o contrato social do COL — Comitê Organizador Local.

Em segundo lugar, vou perguntar se ele acha ético o Presidente da CBF participar, como pessoa física, como sócio, embora minoritário, do COL. A FIFA entende que isso é ético?

Em terceiro lugar, Sr. Jérôme Valcke, acho que o senhor deve conhecer muito bem, até porque deve ter negociado com a Casa Civil, a Lei nº 12.350, aprovada em dezembro do ano passado na Câmara dos Deputados. Ela institui benefícios fiscais à FIFA, à FIFA Brasil, à CBF e ao Comitê Organizador Local — praticamente todos os tributos federais —, para qualquer evento que a FIFA realizar. Para se ter ideia, relaciono aqui alguns impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Imposto de Renda Pessoa Física; IOF; IPI; taxa de utilização do Siscomex; contribuições sociais como a CSLL — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; PIS/PASEP;



PIS/PASEP-Importação; COFINS e COFINS-Importação. Todos os tipos de impostos. Até a CIDE incidente sobre carros. As pessoas autorizadas pelo Comitê Organizador Local não vão pagar imposto nenhum, aquilo que todos os brasileiros pagam.

Se é verdade o que ouvi aqui, que serão gerados 20 bilhões em impostos — é claro que são impostos municipais, federais e estaduais —, esse dinheiro todo fica com a FIFA. Nós estamos vendo aqui uma anistia geral, total, uma renúncia total de impostos federais.

Aprovamos há poucos dias na Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou membro, até de forma indevida e com o meu protesto, que os Municípios onde acontecerão os jogos não poderão cobrar ISS, Imposto sobre Serviço, e os Estados não poderão cobrar ICMS. A legislação já foi encaminhada para esta Casa.

Eu pergunto se não é tão vantajoso assim para a FIFA... Eu comentei com colegas do Parlamento alemão... Porque o argumento que me foi dado aqui, quando questionei esse assunto, foi o de que essa é uma exigência da FIFA em todos os países. Eles disseram que jamais a Alemanha aceitaria uma imposição desse nível da que foi feita aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Conclua, Deputado Anthony Garotinho.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Para concluir, eu pergunto ao Sr. Ricardo Teixeira se ele confirma na íntegra a entrevista que deu à Revista *Piauí*. Ou a revista mentiu? Ou ele de fato disse que pretende perseguir os seus opositores? Que gostaria de evitar que veículos de comunicação que por acaso falem alguma coisa contra a sua pessoa, ou contra a CBF, ou contra a FIFA tenham acesso democrático, como V.Exa. disse?

Por último, para concluir, faço a minha última pergunta. O senhor vem de um país que prega a soberania. Eu duvido que alguém diria a um francês: *“Por causa da Copa do Mundo, nós vamos mudar o Estatuto do Idoso ou o Estatuto do Torcedor, para vender bebidas ou impedir que os idosos entrem nos estádios”*.

Eu gostaria de saber se o senhor, sendo um dirigente no seu país, aceitaria tais mudanças por lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo de imediato a palavra ao Deputado Ivan Valente, para as suas interpelações, dando continuidade à reunião. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, a impressão que passa, com as entrevistas que vemos e com as imposições que são feitas, é de que é um grande favor da FIFA e do COL organizar os jogos no Brasil.

Eu quero dizer o contrário: o Brasil tem legitimidade, representatividade e história para sediar uma Copa do Mundo. Então, o Brasil não pode e não deve receber a Copa senão para organizá-la segundo as suas leis e as suas prioridades nacionais.

E esta Comissão tem imensa responsabilidade quanto a isso. Chamo a atenção do Relator e do senhor, porque o povo está observando essa questão. A soberania nacional não pode estar em jogo.

Em primeiro lugar, queria dizer que os números colocados pelo Presidente da CBF, a respeito dos benefícios que vão ser gerados, segundo levantamento de entidades internacionais — 110 bilhões ou arrecadação de impostos de 20 bilhões —, para mim, são fumaça. Esses números não têm consistência. O que tem consistência são as mudanças que fazemos aqui, isenções fiscais de todos os tipos, como foi aqui citado. Isso, sim, é um ganho geral para a FIFA.

Há mudança inclusive do regime de contratações, ferindo a Lei de Licitações, basicamente para a Copa.

Quanto isso representa, em matéria de desvios, irregularidades e corrupção no nosso País? Isso não está computado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que a Presidência da CBF, com as acusações que tem sobre si, não poderia comandar um espetáculo aqui dentro. Isso já é um problema sério. E temos um problema de soberania gravíssimo.

Quero citar sete questões que julgo da maior gravidade, a partir das imposições que são feitas. E quero saber se o Governo brasileiro e o Congresso brasileiro vão aceitar.

A primeira é a proteção da propriedade industrial, regras que inclusive atentam contra a cultura e a criatividade do nosso povo.



Em segundo lugar, os direitos de imagem e de radiodifusão.

A terceira: as áreas de restrição comercial. Não sei se toda a população...

Para quem nos ouve pela *TV Câmara* quero ler este texto, que diz o seguinte:

“(...) à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.”

Isso aqui é uma verdadeira regra de exceção. Isso aqui é um protetorado da FIFA. Isso aqui é um impedimento para que o comerciante já estabelecido exerça o seu comércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria dizer mais: vistos de entrada e permissão e tipificações penais exclusivas são um atentado à soberania, não só do Brasil, mas também do nosso Poder Judiciário. Isso é inaceitável.

Sr. Presidente, finalizo dizendo que, em última instância, a FIFA impôs a responsabilização da União — ela foi no ponto certo, pôs o dedo na ferida — sobre qualquer incidente ou prejuízo existente. Eu acho que é inaceitável esse tipo de condição e de precondição para a viabilização.

O Brasil tem história, tem representatividade e tem que fazer leis que regulem aquilo que não pode ser contrário à nossa história, à nossa legislação, à nossa Constituição, à nossa soberania nacional. Não é um megaevento internacional — inclusive impõe, na nossa opinião, a privatização das cidades e dos espaços públicos — que deve ser aceito pelos nossos Parlamentares ou pelo Governo brasileiro.

O povo brasileiro não quer isso. O povo brasileiro quer gozar a alegria de sediar a Copa, de vencer a Copa; quer gozar a alegria de ter o melhor time de futebol do mundo. Ele quer ter acesso aos estágios, quer ter alegria para viver. Agora, o Brasil não pode se encolher diante das imposições de uma entidade



privada internacional. O Estado brasileiro não pode se agachar diante de uma entidade privada internacional e de sócios nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Ivan, V.Exa. precisa concluir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por isso, entendo que temos imensa responsabilidade, Deputado Vicente Candido, Relator da matéria, e todos que vão participar desse processo. Não podemos admitir que sejam violados a própria lei e os direitos do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu sou o 23º na lista de inscrição. Já perdi as esperanças de fazer as minhas indagações.

Eu solicitaria a V.Exa. que consultasse os nossos convidados, o Dr. Jérôme Valcke e o nosso amigo Ricardo Teixeira, sobre se poderíamos enviar por escrito as nossas indagações, à FIFA Brasil e à CBF, para que obtenhamos resposta às nossas indagações, uma vez que a reunião deve se encerrar.

Eu tenho certeza de que nesse encontro lá na residência do Presidente da Casa — acho que o Deputado Garotinho ainda não foi comunicado — vai haver uma entrevista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Vai haver uma entrevista coletiva, e a presença dos...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não sei se haverá almoço, mas a entrevista coletiva tenho certeza de que haverá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Gostaria de perguntar ao Secretário-Geral se a Federação Internacional de Futebol pode responder a perguntas encaminhadas por escrito por Deputados que não tiveram oportunidade de se pronunciar.

O SR. JÉRÔME VALCKE - (*Exposição em francês.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - *(Risos.)* Ele disse que responderá. Só não responderá àquelas questões que não tiverem resposta.

O SR. DEPUTADO DELEY - Deputado Simão, apele para a lei da terceira idade. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Dando continuidade à chamada dos oradores inscritos, passo a palavra ao Deputado Acelino Popó.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A frustração do Deputado Deley é pelo fato de que o Deputado Romário foi para a Copa várias vezes e S.Exa. não foi. Por isso é que fica assim.

O SR. DEPUTADO DELEY - Apelou! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Acelino Popó, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ACELINO POPÓ - Obrigado, Presidente Renan Filho.

Sr. Secretário-Geral da FIFA, quero lhe perguntar se trouxe para esta reunião, para este debate, as exigências assinadas pelo Governo, as exigências que fez à FIFA, e as alterações que a FIFA fez, de acordo com as exigências do Governo.

Eu queria saber também se, antes de ser escolhido para sediar a Copa do Mundo, o País leu o art. 20 do Estatuto da FIFA.

Eram essas as duas perguntas que queria fazer ao Secretário. Se o Brasil, que vai sediar a Copa do Mundo, leu o art. 20 do Estatuto da FIFA.

Obrigado por escolher o Brasil para sediar a Copa do Mundo. Seja bem-vindo ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Com a palavra o Deputado Romário. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

Antes, eu gostaria de informar ao Secretário-Geral da FIFA que o Deputado Acelino Popó, que acaba de se pronunciar, foi campeão mundial de boxe pelo Brasil e é uma das grandes referências esportivas do Congresso, ao lado do Deputado Romário e do Deputado Deley.

O Deputado Deley, como disse o Deputado Simão Sessim, não teve oportunidade de ir à Copa, mas foi um grande atleta do Fluminense e do futebol brasileiro.



O SR. DEPUTADO ACELINO POPÓ - E o meu primeiro título mundial foi conquistado na França.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - E o seu primeiro título mundial foi conquistado na França.

Com a palavra o Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todas e a todos.

Para não perder muito tempo, quero agradecer a presença aos convidados, ao Sr. Secretário-Geral da FIFA e ao Sr. Presidente da CBF e ir diretamente para as perguntas. Só vou fazer uma colocação, dirigida ao Sr. Secretário, em relação à entrevista que deu ao jornal *Estadão*. E quero dizer o seguinte: eu não tenho nenhum interesse particular nem pessoal em travar uma batalha contra a FIFA. O meu objetivo e o meu interesse, como brasileiro e como Deputado Federal legitimado para estar aqui nesta cadeira, diferentemente do senhor, nessa sua cadeira, é o de lutar até quando puder para que a FIFA não monte um estado dentro deste Estado. A FIFA, como o senhor mesmo acabou de falar, como francês, não pode se sobrepor à soberania brasileira.

A FIFA é uma das grandes entidades que temos no mundo. A FIFA é uma grande entidade, que respeito muito, pela qual tenho muito carinho. Sou agradecido por tudo o que foi feito por mim durante os anos em que joguei futebol. Mas a FIFA está longe de ser um estado dentro do nosso Brasil.

Fazendo essa colocação, vou fugir um pouquinho das colocações feitas por alguns colegas, que — com todo o direito, eu acredito — não têm muita importância para a passagem dos senhores aqui.

Eu tenho em mão uma carta do Sr. Joseph Blatter. Nessa carta ele chama o senhor de chantagista. Segundo mostra a carta do Presidente da FIFA... Em 2001 foi revelada essa carta pelo jornalista Andrew Jennings. Essa carta já se encontra nas mãos da nossa Presidente Dilma Rousseff. O senhor não passava de um chantagista para o Presidente Joseph Blatter — não arrogante, como o senhor disse, mas chantagista.



Mas, 2 anos depois, o senhor foi contratado para ser responsável pelo *marketing* da FIFA. Diferentemente de mim, que fui legitimado e votado para estar aqui. Essa é a nossa diferença. (*Palmas.*)

Depois do caso da Mastercard, Blatter chegou a anunciar que o senhor teria sido demitido. Mas, 6 meses depois, o senhor foi levado de volta e promovido a Secretário-Geral da entidade máxima do futebol.

A primeira pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: o Presidente da FIFA, Joseph Blatter, teme o senhor em alguma coisa, por causa disso?

A segunda pergunta: de acordo com o jornalista Andrew Jennings, depois de o senhor ter sido afastado da FIFA, depois do caso Mastercard...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Romário, para concluir.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Como "para concluir"? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - O seu tempo está esgotado. Todos os Deputados falaram por 3 minutos. V.Exa. também já falou por 3 minutos e tem o direito de concluir o seu raciocínio, o que também permiti a todos os Deputados presentes à Comissão.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Sr. Presidente, eu me admiro muito de V.Exa. falar isso para mim. V.Exa. é uma pessoa que vive do mundo do futebol, que gosta de esporte. É um grande esportista e joga muito bem futebol, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - V.Exa. é o meu grande companheiro, mas eu estou marcando o tempo de todos os oradores. V.Exa. já dispôs de 3 minutos e 35 segundos. Mas V.Exa. disporá de tempo para concluir o seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Mas com apenas mais 1 minuto eu não conseguirei.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - A jogada tem que ser mais rápida, se não perde a oportunidade do gol.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Mas o gol é muito mais fácil do que isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Vamos lá, Deputado Romário. Conclua.



O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Eu quero ver se para V.Exas. também vai ser fácil, na hora de relatar.

Enfim, falar o quê? Não tenho nem mais o que falar. Eu tinha seis ou sete perguntas a fazer, mas V.Exas. não querem me deixar fazer.

Eu já fiz uma pergunta ao Sr. Secretário. Então, vou fazer uma pergunta ao nosso Presidente.

Presidente, o senhor disse, a alguns anos atrás, que o Brasil faria uma Copa do Mundo sem dinheiro público. Não é o que se vê, infelizmente. Diante dos investimentos do Governo Federal com dinheiro público, o que aconteceu? Na concepção do senhor, não houve planejamento do COL, da CBF, da FIFA e do Ministério do Esporte?

Essa é a primeira pergunta.

Os dados oficiais apontam um investimento de 18 bilhões para a Copa do Mundo, mas sabemos que esses números estão bem distantes de serem verdadeiros. Hoje, segundo um consultor do Senado, já chegou ao valor de 40 bilhões. E, se colocarmos aí o trem-bala, vai a 60 bilhões. E nós estamos ainda a 3 anos e alguns meses da próxima Copa do Mundo, que vai ser em 2014.

E, para encerrar, gostaria de fazer uma última pergunta ao senhor: na última semana o senhor depôs na Polícia Federal sobre um suposto esquema de pagamento de propina a dirigentes da FIFA nos anos 90, denunciado pelo jornalista Andrew Jennings, da TV inglesa *BBC*. A investigação pretende descobrir se o senhor e outros dois membros da FIFA receberam propina da ISL, empresa ex-parceira de *marketing* da entidade máxima do futebol.

Segundo o Senador Álvaro Dias, com quem eu terei um encontro amanhã para obter mais detalhes, o jornalista britânico afirmou, em audiência no Senado Federal na semana passada, que dirigentes da FIFA fizeram um acordo com a Justiça suíça, onde tramita esse processo, no qual pagaram para manter os nomes envolvidos em sigilo.

A pergunta é: se o seu nome aparecer no processo, o senhor renunciará à Presidência da CBF e do Comitê Organizador Local?



Para finalizar: o que o Sr. Secretário acha de ter como intermediário do Governo brasileiro alguém com tantas suspeitas? O senhor acredita que a FIFA pode acreditar em pessoas como o Presidente Ricardo Teixeira?

Eram essas as minhas perguntas. Faltaram muitas, Presidente, devo dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço a participação ao Deputado Romário e comunico aos convidados que, em relação a perguntas que não forem pertinentes à Lei Geral da Copa, objeto desta Comissão, não são obrigados a responder, como determina o Regimento desta Casa...

(Manifestação na plateia.)

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Pela ordem, Sr. Presidente. Posso fazer mais uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Não estou aqui falando de colega nenhum, até porque o problema não é meu. Eu não recebo dinheiro da FIFA, da CBF nem da AMBEV. Quero deixar bem claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Passo a palavra ao Deputado Wilson Filho, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados desta Comissão, Sr. Secretário Jérôme Valcke, Sr. Presidente Ricardo Teixeira, companheiros, parceiros, não vou seguir a linha das últimas perguntas que foram feitas, mas, tão ou até mais importante do que as perguntas que foram feitas, quero mais uma vez, em mais uma sessão, apresentar a nossa proposta de tema social, não apenas para o Relator Vicente Candido e para a Presidência da Comissão, mas também para a FIFA e para a CBF. A nossa proposta de tema social é por um mundo sem armas e sem drogas.

Quero enfatizar a expressão "sem drogas", Secretário Jérôme, porque a Seleção Brasileira, em todas as suas partidas, já faz a campanha do desarmamento. Acho que está sendo esquecida uma campanha muito importante, que é a campanha contra as drogas no Brasil. Tenho certeza absoluta de que as drogas matam muito mais do que as armas. Todos sabem que as drogas levam às armas, mas as armas nem sempre levam às drogas.



Então, faço a proposta ao Relator Vicente Candido, à Comissão que trata da Lei Geral da Copa e à FIFA no sentido de que recebam esse tema social, mais um legado que a Copa do Mundo deixará para o Brasil — talvez muito mais importante do que a infraestrutura deixada pela Copa do Mundo.

Peço também ao Presidente da CBF que acolha essa proposta, se possível, e reflita sobre mais essa campanha que pode ser feita pela Seleção Brasileira.

Sejam sempre bem-vindos ao Brasil, Sr. Secretário e toda a equipe da FIFA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Sr. Presidente, pela ordem. Mais 1 minuto.

Quero entregar em sua mão a carta que tenho aqui, para que V.Exa. distribua cópia a todos na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Sem dúvida.

Gostaria de passar a palavra ao Secretário-Geral da FIFA, Sr. Jérôme Valcke, para que respondesse a esse último bloco de perguntas, antes de darmos continuidade à reunião, mas o Secretário terá de cumprir outra agenda.

O SR. JÉRÔME VALCKE (*Exposição em francês. Tradução simultânea.*) - Vou responder a Romário.

Não vou responder precisamente sobre o caso Mastercard porque não é uma coisa que eu tenha que fazer. Foi julgado. E a maior punição que eu tive (*falha na gravação*). Desculpem-me.

Não há grandes coisas que podem me reprimir na vida, mas todas as vezes em que alguém quer falar algo de desagradável, em particular o Sr. Jennings, que tem algo contra a FIFA e contra o Presidente, é citado o caso Mastercard.

O caso Mastercard eu carrego como alguém carrega a sua cruz. E vou carregar até o fim da minha vida — é suficiente como pena. E eu não vou falar mais disso porque foi um caso que foi julgado e está concluído.

Com relação à carta, eu sei que essa carta saiu e que é uma coisa que o Jennings (*falha na gravação*). Essa carta data (*falha na gravação*) de anos com o canal *Plus*. E eu não sei por que... Eu nunca encontrei essa carta que enviei.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Eu tenho.

O SR. JÉRÔME VALCKE (*Exposição em francês. Tradução simultânea.*) - Bom, mas eu gostaria de dizer algo. Eu gostaria de responder, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Romário, Secretário Jérôme, só um minuto.

Enquanto as respostas estiverem sendo dadas, peço ao Plenário que não se manifeste, para que possamos ouvi-los com a tranquilidade que eles tiveram ao ouvirem.

Com a palavra o Sr. Jérôme Valcke.

O SR. JÉRÔME VALCKE (*Exposição em francês. Tradução simultânea.*) - Mais uma vez, eu não vou falar a respeito desse dossiê porque é um dossiê fechado, concluso. Mas, de uma maneira ou de outra, o que eu disse nessa entrevista não nego com relação ao fundo.

Não quero chocá-los, não quero incomodá-los porque tenho grande respeito por aqueles que estão na origem do futebol e que fazem o espetáculo da Copa do Mundo. Mas, Sr. Romário, não vou entrar na discussão do caso Jennings porque não tem nada a ver com a Copa do Mundo de 2014. E Jennings fala da mesma coisa há 10 anos, e daqui a 10 anos ele vai continuar falando disso e não vai mudar. A minha vida não vai mudar e não vai me impedir de dormir se Jennings existe ou não. Então, esse assunto estando concluso, vou responder a outras questões.

Espero que o art. 20 tenha sido lido, porque a CBF é representante e membro do Comitê Organizador da FIFA e a CONMEBOL, da América do Sul, tem vários representantes. Quando o BID foi feito, para 2014, foi de toda a América do Sul. E a América do Sul tomou uma decisão: havia dez países e só um candidato, que seria o Brasil. Espero que todo mundo na América do Sul, inclusive o Brasil, conheça o conjunto do estatuto e o regulamento da FIFA, bem como o conjunto do documento que foi enviado a todos. Ou seja, não foi a FIFA que pediu, foi o Brasil que se ofereceu para organizar. Não foi um favor dado ao Brasil. Mas foi o Brasil que teve a melhor proposta e que se comprometeu a fazer o melhor diante da FIFA. Nós não pedimos. Apresentamos um documento, que foi enviado ao conjunto dos associados, e todos responderam.

Então, a América do Sul decidiu nomear apenas um candidato, que foi o Brasil, que foi eleito e escolhido pelo Comitê Executivo da FIFA, do qual três membros são da América do Sul, para organizar o evento da Copa de 2014. Foi



assinado pelo conjunto das autoridades brasileiras e pelo Presidente da República e entregue à FIFA em 2007.

Com relação às taxas, a FIFA não recebe nenhum dinheiro público. Faz parte do sistema. Mas foi a mesma coisa em 2006. Em 2010 e 2011, quando organizamos a Copa do Mundo feminina, na Alemanha, tivemos os mesmos direitos. Tivemos isenção de taxa. Então, quando vocês encontram alguém na Alemanha que diz algo parecido é mentira. Ou seja, a Alemanha deu as garantias, deu o mesmo nível de garantias que nós pedimos ao Brasil, para 2014. Nada mais, nada menos, mas igualmente à Copa do Mundo feminina, à Copa do Mundo masculina, de 2006 ou de 2010.

No Brasil, a CBF não faz parte da isenção de taxas. A FIFA faz. A CBF não faz. O COL deverá pagar impostos sobre todos os benefícios que terá. E terá de pagar impostos e benefícios com relação a 1%... É tido por Ricardo Teixeira que uma sociedade... A lei exige que uma sociedade tenha pelo menos 1%. Ou seja, nas mídias, alguns pedidos feitos com relação a esse 1%, e os conflitos de interesse, — como disse, por exemplo, o Presidente da CBF —, de se beneficiar com relação a esse 1%, nós temos uma carta de comprometimento de Ricardo Teixeira, de que esse 1% tenha um valor jurídico no sentido de que seja obrigatório, no sistema brasileiro, mas não tem nenhum valor no sistema financeiro. Então, ele não receberá nenhuma soma de dinheiro, se o COL tiver benefício. Então, o COL pediu que não seja isento de taxa, mas que faça parte da sociedade, na estrutura FIFA; que a estrutura FIFA seja isenta de taxa.

Com relação à fome, às drogas, às armas, o Brasil tem que decidir quais são os assuntos. Nós poderíamos apresentar 50 mil assuntos sociais, temas sociais. Então, temos que definir quais são os objetivos que o Brasil tem, sejam as drogas, seja o combate às armas, seja a luta contra a fome. Essa é uma decisão a ser tomada.

Com relação a Rio 2016, se eu não me engano, pede-se o mesmo nível de comprometimento e responsabilidade das autoridades que foi pedido para a Copa do Mundo. Não somos diferentes como organização internacional de outro organizador esportivo. Nós protegemos as nossas marcas, nós protegemos os



candidatos, sim, em um estádio de Copa do Mundo de todas as cidades que decidiram construir um estádio.

Esse estádio é da FIFA. Ele é liberado de qualquer entidade comercial, para que a FIFA possa utilizá-lo durante a Copa do Mundo. Isso faz parte dos compromettimentos das cidades com a FIFA, dos comitês de organização com a FIFA. Isso não vai mudar. Não vamos acabar com o conjunto da pirâmide do futebol que permitiu organizar vinte Copas do Mundo, mas permitiu também financiar o mundo com relação ao futebol. E se há uma entidade no mundo que está engajada para desenvolver projetos sociais com os jovens...

(Inexistência de trecho com tradução.)

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Anthony Garotinho...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Só para ouvir antes a resposta. Se V.Exa. quiser encaminhar a...

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Só um minuto, Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - As minhas perguntas não foram respondidas.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Só para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Anthony Garotinho, V.Exa. pode encaminhar à Mesa, para que eu encaminhe ao Deputado...

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Eu fui tão disciplinado. V.Exa. não pode me conceder 30 segundos?

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Presidente, pela ordem, as minhas perguntas não foram respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Parabéns pela disciplina de V.Exa. Vou lhe conceder a palavra, para encaminhar a documentação de que V.Exa. dispõe.



Deputado Romário, só 1 minuto. Deixe o Deputado Anthony Garotinho concluir.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Quería encaminhar a V.Exa., para fazer chegar às mãos do Sr. Jérôme Valcke, a Lei 12.350. Ele diz que a FIFA não recebe benefício nenhum, nem as suas subsidiárias, nem o Comitê Organizador Local, mas não é o que está escrito na lei. Se V.Exa. não tem a lei ou se o Congresso brasileiro aprovou errado a medida provisória que deu origem a essa lei, V.Exa. então que abra mão dos incentivos fiscais concedidos à FIFA e às suas subsidiárias no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Na verdade, Deputado Anthony Garotinho, desculpe-me interromper, o que o Secretário-Geral respondeu é que o COL é que não recebe incentivo fiscal.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Não, ele disse que é a FIFA. Eu ouvi bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não, o senhor entendeu errado. A lei está na sua mão justamente dizendo isso. É o COL que não recebe.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Não, o COL também recebe porque credencia as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Aí é outra questão. Tudo bem, mas eu recebo com o maior prazer de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Pela ordem, Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Duas coisas. Primeiro, ele não respondeu às minhas perguntas. Segundo, ele está dizendo que essa coisa da carta não é importante em relação à Copa do Mundo. Ele, como Secretário-Geral da Copa do Mundo, sendo colocado pela FIFA no nosso País, é a ele que temos que dar as satisfações. O brasileiro tem por direito saber com quem está lidando. Então, é importante, sim, para a Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Romário...



O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Desculpe-me, Presidente, mas isso é importante para a Copa do Mundo. Eu posso fazer uma última pergunta, para encerrar?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Não é questão de ordem e há mais Deputados inscritos, Deputado Romário. Se conceder a palavra para o senhor, vai ter que abrir para os demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Vicente, só 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - O senhor até agora não se manifestou nenhuma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Romário, só 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Por que será?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Deputado Romário, só 1 minuto. Eu acho que o clima fluiu bem na reunião. Vamos concluí-la dessa maneira.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - O clima está ótimo, só que ele tem que responder às perguntas que interessam ao povo brasileiro, não a perguntas que são montadas aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Gostaria de fazer um esclarecimento a V.Exa. Esta Casa tem instrumentos para que façamos perguntas sobre qualquer assunto, mas infelizmente não é o objeto desta reunião. V.Exa., como Parlamentar....

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Mas eu não estou fazendo qualquer pergunta, Presidente. Quem está se manifestando contra é o Relator. Não estou entendendo por quê. Ele está aqui para ser perguntado. Eu estou fazendo o meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Esta Casa tem prerrogativa de fazer convocação, de fazer investigação sobre qualquer assunto. Entretanto, nós estamos discutindo a Lei Geral da Copa. Precisamos votá-la, aprová-la com celeridade, para que possamos dar à FIFA condições de realizar uma grande Copa do Mundo, que, como V.Exa. mesmo disse, é anseio de todos. As suas perguntas foram ouvidas. Os convidados têm o direito de não responder a elas. Nem eu, nem



V.Exa., nem nenhum dos Deputados podemos forçá-los a responder, porque eles estão na Casa como convidados. Agora, eu gostaria de agradecer a V.Exa. e dizer que preciso dar continuidade à sessão, de que V.Exa. participa.

Eu gostaria de passar, antes de seguirmos a lista de oradores, ao Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, para responder às perguntas.

Com a palavra o Presidente Ricardo Teixeira.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Pela ordem. Desculpem-me a minha colocação. Eu sou novo no Parlamento, não fui criado dentro da política, mas, com todo o respeito, o que está acontecendo aqui é um circo. O senhor me desculpe, Presidente. O responsável maior de uma entidade, que é a FIFA...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós não podemos deixar esta Comissão se transformar num palanque de desavença com o Presidente da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu gostaria de informar ao Plenário que passarei a palavra ao Presidente da CBF. No momento em que estão respondendo, os convidados não podem, regimentalmente, ser interrompidos.

Portanto, eu gostaria de passar a palavra ao Presidente Ricardo Teixeira.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Não, Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não dá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Senão não teremos mais reunião. Temos de seguir o Regimento. É o Regimento que rege esta Casa. Infelizmente, há outros Deputados que também têm direitos semelhantes.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Infelizmente, para muitos, eu faço parte desta Comissão. Essa é que é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Sim, mas o Deputado Edio, que falou, também faz parte da Comissão.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Iguais a ele há muitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu gostaria de passar a palavra ao Presidente Ricardo Teixeira.

O SR. RICARDO TEIXEIRA - Respondo às duas perguntas que me foram feitas. Com relação à primeira, foi fora do contexto o que foi mencionado na



pergunta. Porque eu disse e repito que, quando você deixa de ser público, no sentido de notório, deixa de ter importância e deixa de ser notícia. Essa foi a minha intenção quando coloquei daquela forma. E eu disse também que de maneira nenhuma poderia firmar não credenciamento, por uma simples razão. Quem conhece como são realizadas as Copas do Mundo e quem conhece... A imprensa toda sabe como é credenciamento em Copa do Mundo. O credenciamento em Copa do Mundo não é feito pelo Comitê. Ele é feito diretamente junto à FIFA, como nas Copas do Mundo realizadas, certamente na do Brasil e futuramente. Isso não passa pelo Comitê. Isso é feito via Internet, e é a FIFA quem define quem pode ou não ser credenciado, conforme o número de credenciamentos que ela tem capacidade de atender, independentemente de qualquer órgão.

Com relação ao assunto do jornalista que aqui esteve, quem participou da reunião que ele fez no Senado deve lembrar-se perfeitamente, a não ser que esteja omitindo, que ele foi citado por um oficial de Justiça, porque eu abri um processo contra ele. Tentei diversas vezes abrir esse processo contra ele na Inglaterra e nunca consegui, porque ele não era citado na medida em que não tem emprego fixo e não se conseguia localizá-lo. Inclusive quando o Brasil jogou, eu tentei citá-lo e não consegui. No momento em que ele passou pelo Brasil, foi notícia em todos os jornais, foi citado por um oficial de Justiça, por um processo cível que estou movendo contra ele.

São as duas coisas que eu gostaria de dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Eu gostaria de agradecer pela presença ao Secretário-Geral da FIFA, Sr. Jérôme Valcke, e ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Teixeira.

Quero dizer aos inscitos que desejarem continuar o debate que esta Presidência continuará os trabalhos. Entretanto, os convidados terão de se retirar para cumprir outra agenda.

Eu gostaria de solicitar aos Deputados e aos presentes que deixem os *headphones* sobre as bancadas, para que os funcionários da Casa os recolham.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Afonso Hamm.



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Eu sei que neste momento já há um esvaziamento da reunião, mas, ainda na presença do Presidente Ricardo Teixeira e do Secretário Jérôme Valcke, eu queria dizer da importância da Lei Geral da Copa e do debate que foi feito no dia de hoje. Embora, com toda a movimentação, a nossa fala fique prejudicada, eu queria registrá-la, na medida em que também estamos sendo propositivos.

Eu queria falar na presença do Presidente Ricardo Teixeira e do Secretário-Geral da FIFA, mas não pude fazê-lo, sobre a preocupação com palavras do Secretário-Geral: “Ou faremos juntos ou não faremos mais”. Esse tom de ameaça a que se vêm submetendo o País e o futebol brasileiro, na condição de o Brasil sediar a Copa do Mundo em 2014, realmente é algo que precisa cessar.

Nós entendemos que já foi definido o País, que, através do seu comitê organizador, das gestões do Governo, dos clubes, das cidades-sedes e de todo o envolvimento e engajamento dos outros segmentos, como os aeroportos, os programas de acessibilidade, as obras de importância em todas as cidades-sedes... Não podemos perder a oportunidade de realizar efetivamente uma copa com qualidade. Portanto, não cabe mais o tom de ameaça. Ao contrário, cabe o tom do entendimento e da construção.

Ao mesmo tempo, quero deixar registrada, embora sem a presença dos convidados — alguém também falou neste sentido —, quanto ao consumo de bebidas alcoólicas em estádios, que nós vamos ter que respeitar a lei, as leis do País. Embora exista um patrocinador, uma grande empresa, o que é importante, pois muitas pessoas são apreciadoras, de forma moderada, do consumo de cerveja, por exemplo, o espetáculo e a dimensão da Copa do Mundo são muito maiores do que a condição de um patrocinador e a condição de reverter todo um encaminhamento que a sociedade brasileira tem e uma orientação na educação, através do Estatuto do Torcedor e das leis que temos, para a melhoria da boa convivência nos estádios e no entorno deles.

Estou falando da segurança das pessoas, do compromisso e do comprometimento com a qualidade dos torcedores que participam dos espetáculos.

Portanto, parece-nos que esse tema tem o seu peso, mas a FIFA, pelos seus compromissos, está exageradamente preocupada com um tema que, no



componente de todos os temas de relevância e importância, deve ser colocado, no nosso entendimento, num plano secundário. Refiro-me à questão das bebidas. Não se aceita no País uma imposição dessa natureza. Acho que temos que respeitar esse princípio.

Quero fazer outro registro, embora sem a presença — fica comprometido, mas não fica inviabilizado —, na condição de Sub-Relator para o Sul do País. Vamos ter uma reunião em Porto Alegre, provavelmente no dia 18 — estamos agendando. Aprovamos na nossa Comissão um convite ao Presidente do Esporte Clube Internacional, o clube com base no Rio Grande do Sul e em todo o Sul do País, porque Curitiba também não foi contemplada na Copa das Confederações em 2013. Precisamos o mais rápido possível estabelecer o entendimento e os esclarecimentos quanto ao estádio-sede e garantir Copa do Mundo em 2014 no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no Estádio Beira-Rio.

Antes não foi possível, mas eu queria fazer um esclarecimento. Nós entendemos que o Sul do País ficou (*falha na gravação*) confederações. Quando preparamos a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014, tínhamos um cenário de distribuição dos eventos preparatórios da Copa das Confederações no País, e o Sul não foi contemplado. O estádio, embora sem finalização no detalhamento, já tem obras iniciadas, e, no comparativo com projetos e sedes estabelecidas para a Copa das Confederações, há estádios muito mais atrasados do que o Beira-Rio.

Muita gente diz que não se deve chorar depois do leite derramado. Mas é importante fazer o registro, porque as decisões são técnicas, mas também têm um componente muito político. E o Sul, em especial nas condições para receber a Copa das Confederações, foi prejudicado, sim. Eu queria fazer este registro aqui, em tempo, até porque nossa audiência vai debater, convidando o Presidente do Internacional, para que possamos dar informações e garantir a Copa do Mundo de 2014 — daqui a pouco vamos até ter algum risco.

Queria colocar este aspecto e já vou finalizar. Vejo o Presidente Renan angustiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Porque V.Exa. dispôs de mais tempo do que os outros. Mas conclua com tranquilidade.



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Não sei se tem mais algum inscrito. Todo o mundo saiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - O Deputado Chico está aguardando.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Só para ser correto com o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Vou encerrar. Mas eu queria ser propositivo. Não está aqui o Presidente da CBF. Eu queria dizer que o Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, está muito — vou usar esta palavra — tímido na defesa dos clubes e do futebol brasileiro. Eu entendo que ele tem uma correlação muito forte com a FIFA, e é importante, porque é seu órgão maior, mas o futebol e os clubes brasileiros e a formação de atletas precisam de uma injeção.

Nós estamos sendo propositivos no projeto de lei. Estamos encaminhando, e queremos como Sub-Relator, junto ao Deputado Vicente Candido, ao nosso Presidente e a todos os membros, inserir uma parte de resultados dessa Copa do Mundo para organizar os clubes.

Nossa sugestão, que queria deixar registrada, é na parte da formação dos atletas, nos CTs. Hoje, não temos um programa, nem de governo, nem de esporte, para apoiar a reformulação da Lei Pelé, que reconhece os clubes formadores. Ali se formam os atletas e se faz inclusão social. Faz-se inclusão social, se diz não às drogas e se faz um trabalho de preparação dos clubes e de formação dos atletas. Além de fornecer atletas, fornece recursos para a comercialização dos mais destacados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Para concluir, Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Queria finalizar dizendo que é proposição nossa, sendo enfático, que tenhamos de toda a Copa do Mundo do Brasil também um direcionamento de recursos aos clubes na formação de atletas, atuando na área social.

Eram essas as minhas considerações. Infelizmente não pudemos falar na presença, mas eu queria que os registros desta sessão fossem dados ao conhecimento dos nossos palestrantes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Solicito à Secretaria da Comissão que proceda da forma que V.Exa. requereu.

Passo a palavra, como último orador inscrito, ao Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, nós todos, e louvo a sua posição aqui de coordenador desta reunião, estamos numa prorrogação de um jogo já desinteressante: a torcida foi embora, os principais atletas foram substituídos.

Eu, claro, muito bem representado aqui pelo meu Vice-Líder Ivan Valente, pude trazer, em nome do PSOL, algumas ponderações. Eu estava num compromisso na FUNAI, tratando de outros brasileiros tão desassistidos.

Quero deixar registrado, afinal os Anais existem para isso, que, em primeiro lugar, a FIFA é entidade privada que se diz sem fins lucrativos, mas que teve ganhos em 2010, ano de Copa do Mundo, de 32,6 milhões de dólares, que distribuiu como bônus para os seus 34 dirigentes. Portanto, cerca de 1 milhão para cada um só em 2010. Por isso, é um diálogo delicado este entre uma entidade privada, que é estatutariamente sem fins lucrativos e tem ganhos bastante grandes, e nós, representando o Estado brasileiro, a República brasileira.

Seria muito importante que audiências sobre a Lei Geral da Copa acontecessem não só em Porto Alegre, mas nas outras 11 cidades-sedes, ouvindo inclusive a população que está sendo removida de sua área de moradia, falando dos gastos públicos na construção e na reforma de estádios. Enfim, não temos que seguir o ritmo da FIFA, ter que aprovar a toque de caixa essa Lei Geral da Copa, até porque é uma lei de exceção para esse megaevento.

Queremos trazer essas ponderações e dizer que perguntar não ofende. Percebi, na não resposta do Sr. Jérôme ao Deputado Romário, a postura de não querer tocar em certos assuntos. Tem que tocar em todos os assuntos. Tem até o direito de dizer que não vai responder, mas fica uma lacuna, uma insuficiência.

Vamos seguir e fazer as nossas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Renan Filho) - Agradeço ao Deputado Chico Alencar, que foi o último a contribuir com o debate desta manhã-tarde de hoje.

Gostaria de comunicar aos senhores que, no dia 10 de novembro, próxima quinta-feira, às 14h, será realizado, na Câmara Municipal de Salvador, seminário



sobre a Lei Geral da Copa, o debate do PL 2.330, de 2011, como sugeriu o Deputado Chico Alencar na sua contribuição há pouco.

Deputado Chico, não teremos possibilidade de realizar seminário nas 12 cidades-sedes. Mas a Comissão de Turismo e Desporto visitou ontem a 12ª sede, a cidade de São Paulo. Lá, tivemos a oportunidade de discutir a movimentação das pessoas que serão afetadas pelas obras de mobilidade urbana, as obras dos estádios. Realmente, concordo com V.Exa., esse é um dos problemas que o Brasil enfrenta. Temos que cuidar dessas pessoas, porque elas estavam ali há muito tempo e não têm para onde ir. Entretanto, isso foi bastante discutido e não há forma de desenvolver sobretudo as periferias se elas não sofrerem intervenções que melhorem a infraestrutura, a mobilidade urbana. E é isso que a Copa está levando a alguns lugares, mas, lógico, precisamos entender as peculiaridades de cada cidade e as necessidades das pessoas.

Portanto, corroboro a opinião de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, gostaria de encerrar a presente reunião, agradecendo a participação de todas as senhoras e todos os senhores presentes.

Muito obrigado.